

KATIA MARIA ABUD

A U T O R I D A D E E R I Q U E Z A

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA SOCIEDADE PAULISTANA NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora:

Profa.Dra. Laima Mesgravis

SRL-FFLCH-USP

SÃO PAULO

1978

I

INTRODUÇÃO

A história de São Paulo possui algumas lacunas ainda não devidamente preenchidas. Tem-se dado grande ênfase à época da expansão geográfica e da conquista territorial com o bandeirismo, no período colonial, e ao período do fastígio da cafeicultura, já no Brasil independente. Mas são recentemente surgiram trabalhos de historiadores preocupados com a época de transição entre estes dois períodos da história paulista, pois, como afirma Myriam Ellis em São Paulo, de Capitania a Província,

"existe uma história paralela que ainda não se escreveu, a ser desvendada somente após o levantamento de fontes primárias a serviço de imprescindíveis e obrigatórios estudos monográficos".

E o século XVIII é um período rico em fontes primárias, sejam elas oficiais ou depoimentos de contemporâneos.

Os escritos deixados por Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida Pais Leme sugeriram alguns caminhos de análise.

Ambos pertenciam, no século XVIII, à camada da população

que descendia da gente mais antiga da terra, e em suas obras percebe-se grande preocupação com valorizar essas famílias, atribuindo-lhes laços com a nobreza portuguesa. Tal preocupação parece ter surgido apenas nessa época. Estudando os inventários e testamentos, Alfredo Ellis verificou que a procedência dos primeiros povoadores não estava ligada a camadas da nobreza portuguesa e sim, quando muito, aos fidalgos, elementos da baixa nobreza, assim mesmo de maneira indireta - através da bastardia. Os primeiros povoadores, os troncos das famílias paulistas, saíram, portanto, da burguesia e principalmente da plebe.

Os antigos colonizadores mesclaram-se aos indígenas formando uma sociedade de mestiços. Não demonstraram, nos dois primeiros séculos de povoamento, maiores preocupações com suas origens; tal interesse surgiu no século XVIII. Por quê?

É certo que a ligação com a nobreza garantia, desde a Idade Média, certos privilégios. Em Portugal a nobreza era o escalão mais alto de uma sociedade dividida em estados ou ordens. A divisão fundamentava-se em preceitos jurídicos e fixava valores e comportamentos. Cada um ocupava, nessa hierarquia, posi-

ções definidas de acordo com a posse ou não de títulos de nobreza; o direito a determinadas formas de tratamento, bem como a vestuário, sobretudo o monopólio de certos cargos e até mesmo o regime jurídico a que estava sujeito dependia estreitamente dessas posições hierárquicas.

A nobreza portuguesa era composta por vários grupos, cada qual com privilégios especiais, e era de seus quadros que saíam os ocupantes dos altos cargos da administração colonial. Sob o império do mercantilismo, mas ainda sem o predomínio da mentalidade burguesa, essa ordem permanecia no poder e estava ligada a propriedade do solo, centralizando a maior parte dos bens de raiz através do morgadio. Frequentemente, entretanto, participava do tráfico marítimo, explorava engenhos no Brasil e tinha interesses ligados às companhias comerciais, através de "testas de ferro". Mantinha-se, de qualquer modo, profundamente arraigada a seus privilégios.

A nobreza estava mercantilizada e os comerciantes, por sua vez, procuravam integrar-se nas ordens nobiliárquicas, já que não existia uma burguesia autônoma com valores próprios. A

camada superior do Terceiro Estado, constituída por comerciantes e proprietários rurais, procurava incorporar-se à nobreza.

Em meados do século XVIII, a animação provocada pela Revolução Industrial e pela intensificação das relações internacionais de comércio levaram a mudanças no panorama português. A burguesia mercantil iniciou a afirmação de seus valores próprios. Tais novidades atingiam também a colônia portuguesa na América, e um novo grupo passou a ameaçar a posição de mando que até então fora ocupada pelos proprietários rurais. Esse grupo ascendente era constituído principalmente de reinóis, que concentravam em suas mãos as atividades comerciais - instrumentos da dominação econômica.

Em São Paulo os comerciantes ameaçavam a posição de mando das famílias de antiga cepa, disputando com elas os cargos que mantinham no Senado da Câmara, nos quadros militares e nas funções burocráticas do governo, pois além de tudo, como eram em grande parte reinóis, gozavam da confiança da Metrôpole. Diante de tal ameaça, os paulistas antigos procuravam garantir sua ligação com a nobreza metropolitana, já que com ela se identificavam

enquanto proprietários de terras. Buscavam, assim, uma maneira de se sustentarem nos cargos que ocupavam desde o início da colonização, visto que a ascendência nobre não era apanágio dos comerciantes que enriqueciam em São Paulo.

O objetivo do presente trabalho foi o de identificar os grupos dominantes na sociedade paulistana no período que vai de 1765 a 1800 e o de localizar algumas das instituições onde a elite, aqui entendida como um grupo que possui "status" elevado em uma sociedade, exercia a autoridade.

Autoridade, ou como quer Weber

"a probabilidade de encontrar obediência dentro de um determinado grupo para mandatos específicos, ou para toda espécie de mandatos",

foi o conceito que melhor se adequou à situação colonial, em que a sociedade mantinha ainda valores predominantemente estamentais. Deve-se lembrar que em tal situação autoridade pressupõe delegação metropolitana, mesmo nas instituições que eram, teoricamente, representativas da vontade local.

CW

Para atingir os objetivos propostos foram utilizados os recenseamentos, para determinar os graus de riqueza e ocupações; os documentos municipais, para localizar os ocupantes dos respectivos cargos; e a coleção Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.

A pesquisa tomou por base os Maços de população. Através deles puderam ser localizados não sō os donos das grandes riquezas, mas também suas atividades produtivas. Dois recenseamentos foram utilizados como balizas: o de 1765, o primeiro a ser realizado, e o de 1798, ũltimo do sēculo XVIII.

O censo de 1765 foi feito por ordem de Luīs Antōnio de Sousa Botelho Mourāo, o Morgado de Mateus; vinha ele como governador general da Capitania de Sāo Paulo, recentemente restaurada, depois que uma provisāo de 1748 a extinguiu e anexou-a, como comarca, ao Rio de Janeiro. A extinçāo da Capitania pode ser atribuída ā decadēncia econōmica de Sāo Paulo, enquanto se extinguiu a grande aventura do ouro.

A restauraçāo da autonomia administrativa nāo se deveu ā manifestaçāo de um renascimento econōmico, mas a interes

ses militares relacionados com a expansão portuguesa na região do Rio da Prata e aos conflitos que daí advieram. Em outubro de 1762, D. Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, conquistou a Colônia do Sacramento e avançou pela área de ocupação lusa no Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), tomando em 1763 a Vila de São Pedro. Havia, pois, uma constante tensão nas regiões por onde se estendera, ao sul, a colonização portuguesa, o que obrigava o envio periódico de soldados para a região. Por estes motivos pretendeu-se estabelecer em São Paulo um arsenal para o abastecimento de recursos humanos e materiais com o objetivo de deter a ameaça castelhana, o que explica a restauração de São Paulo como capitania independente do Rio de Janeiro. Os recenseamentos foram feitos para fornecer ao governo informações quanto ao número de homens livres e válidos que pudessem participar da reorganização das forças militares da Capitania.

De acordo com as instruções do Morgado de Mateus, os censos deveriam ser realizados sob a direção dos capitães-mores de cada vila e registrar as informações o mais corretamen-

te possível. A medida foi tomada em 30 de julho de 1765 e estava vazada nos seguintes termos:

"Vmce. logo que receber esta sem perda de tempo na conformidade do que dispõe o parágrafo 9 do Regimento dos Capitães-mores faça uma lista de toda a gente de sua Companhia com os nomes dos Cabeças de Casais e sua idade, os nomes de suas mulheres, o valor dos seus bens distinguindo seus filhos cada um pelo seu nome, e idade, tudo na forma do exemplar que remeto, da qual lista Vmce. remeterá uma cópia a esta secretaria".

O censo de 1765 fornece informações sobre:

- número de fogos;
- nome e sobrenome do chefe de cada fogo;
- nome e sobrenome da esposa;
- nome dos filhos e, em seguida, das filhas;
- nome dos expostos (se houvesse);
- nome e sobrenome de outros parentes que habitassem o fogo;
- nome e sobrenome dos agregados;

- estado civil dos adultos;
- idade de todos os moradores do fogo;
- cabedal de cada chefe de fogo;
- profissão, em alguns casos (de 633 fogos com chefes do sexo masculino, 481 não declararam a profissão).

Dos dados fornecidos pelo levantamento de 1765, foram extraídas as informações que apresentavam maior interesse para a pesquisa.

Em primeiro lugar, foram selecionados os fogos cujos chefes pertenciam ao sexo masculino. As mulheres, mesmo aquelas que exerciam alguma profissão, foram excluídas, pelo fato de não existir possibilidade de alguma delas poder ocupar qualquer cargo público (político, militar, administrativo).

Em seguida, foram relacionados os chefes de fogos cujos cabedais ultrapassavam a cifra de 500\$000. Tal quantia foi estipulada porque, apesar de representar um certo enriquecimento das famílias que a possuíam (o cabedal médio por família era de 296\$154), encontravam-se nessa situação 65 homens, correspondendo a aproximadamente 10% dos chefes de família do sexo mascu

lino.

A partir destes critérios de seleção, cada habitante foi registrado em ficha, de que constaram: nome, cargo militar ou título que ostentasse, nome da mulher, profissão, cabedal, idade, nome e idade dos filhos.

Os informes coletados do censo de 1765 foram completados e modificados, em alguns casos, mediante confronto com os levantamentos dos seguintes anos: 1767, 1768, 1772 e 1775.

O censo de 1798, último do século XVIII, foi realizado no governo de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça. Encontra-se em bom estado de conservação e é o mais completo dos levantamentos de população daquele século.

Mais minucioso que os anteriores, o censo de 1798 indica o nome e sobrenome dos chefes de fogos e de suas mulheres; suas idades; nome e idade dos filhos; nome, sobrenome e idade dos agregados e parentes; nome, idade e cor de cada escravo. Especifica ainda a profissão, a produção agrícola de cada um (quando existe), o que foi vendido e o que foi consumido dessa produção pelo seu proprietário "nos gastos de sua casa".

Do mesmo modo, quando o recenseado dedicava-se ao comércio, encontra-se a informação do quanto ele havia comprado, quanto havia vendido e o que tinha ainda em estoque. A preocupação com o que se produzia e o que se gastava parece ter uma única finalidade: ver o que haveria de disponível para a manutenção das tropas, ver qual seria a "renda aproveitável", no dizer de Sérgio Milliet.

As fichas dos habitantes da cidade de São Paulo relacionados em 1798 foram preenchidas de acordo com o mesmo criterio utilizado para os de 1765. Algumas informações, entretanto, tiveram que ser registradas de forma diferente.

O levantamento de 1798 não menciona o cabedal dos indivíduos arrolados, o que dificultou a padronização das fichas. Tomou-se por base, então, a afirmação do Morgado de Mateus de que

"todos os que têm alguma coisa nesta Capitania fazem o fundo de seus cabedais em o maior ou menor número de escravos",

o que foi confirmado por Taunay quando disse que os valores declarados no recenseamento

"devem referir-se sobretudo a efeitos do comércio, jóias e outros objetos de valor intrínseco elevado e sobretudo escravos, capital de tão alta relevância nos nossos antigos inventários".

Seguindo então o critério da posse de escravos, e tomando por base a estimativa que deles faz Alice Canabrava (55\$220), foram selecionados os proprietários de 10 ou mais escravos.

Esgotados os Maços de População, foram utilizadas outras séries informativas, que constituíram a documentação de controle: as Atas e Registros da Câmara de São Paulo, no período de 1750 a 1800. Publicada pelo Departamento de Cultura do Município de São Paulo, tal coleção forneceu o nome e a atividade daqueles que tinham maior participação na vida comunitária, como membros da Câmara, chefes militares, representantes da Coroa, etc.. Juntamente com a série Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, esta documentação permitiu que se estabelecesse a ligação entre aqueles que detinham a autoridade e os que possuíam riqueza, atra

II

A ECONOMIA PAULISTA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

vês do levantamento dos grupos profissionais e das fontes das
quais decorre a autoridade.

1

A LAVOURA

A atividade agrícola tornou-se o principal campo de trabalho da população paulista depois da fase de expansão da mineração. Ainda na primeira metade do século XVIII a agricultura de exportação continuava com pouca expressão em São Paulo. A febre do ouro atingira os mais remotos rincões da Colônia e os homens válidos abandonaram o trabalho agrícola na esperança de enriquecimento rápido com o metal precioso, o que provocou um êxodo violento da cidade de São Paulo e das pequenas vilas das cercanias, causando a ruína da agricultura e crises de abastecimento.

A agricultura de subsistência tomou um novo alento na primeira década daquele século com a necessidade de abastecer a população da região do ouro, o que fez com que aparecessem roças no caminho das Minas, como em Atibaia, Bragança e Franca. A agricultura voltada para a exportação só reapareceu, ocupando a posição de destaque que tivera nos dois primeiros séculos de colonização, na segunda metade do século XVIII, com

a decadência da mineração e com as transformações ocorridas na economia européia. Nesse período a Europa foi palco de grande desenvolvimento, e ainda havia "a par disso incremento das atividades econômicas e relações comerciais em todo o mundo" (1). A Revolução Industrial introduziu relevantes progressos técnicos que provocaram a necessidade de produtos tropicais, notadamente do algodão, a ser aproveitado em indústrias têxteis que surgiam.

Nesse período ocorreram ainda inúmeros conflitos que contribuíram para a valorização dos produtos coloniais, já que trouxeram embaraços ao seu fornecimento. Em meio a tais conflitos, que se iniciaram com a Guerra da Sucessão da Espanha e culminaram com as guerras napoleônicas, Portugal conseguiu manter uma posição de neutralidade, que em parte lhe trouxe vantagens e firmou Lisboa como o grande emporio do comércio colonial; a neutralidade estendia-se também às colônias portuguesas e ao seu comércio. Além disso, as agitações políticas e sociais que transtornaram a vida das colônias inglesas e das colônias francesas nas Antilhas

1- PRADO Jr., Caio - História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1959, p. 82.

facilitaram sobremaneira o comércio de produtos tropicais.

Esses acontecimentos produziram reflexos na vida colonial, na medida em que a produção agrícola do Brasil se amoldava às necessidades do mercado europeu e da estrutura monopolista do sistema colonial, que visava acima de tudo preservar os interesses da Metrôpole.

A renovação da economia paulista iniciou-se na segunda metade do século XVIII, com a restauração de sua autonomia como Capitania independente. Foi no governo de D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão que se realizaram as primeiras exportações de produtos paulistas, como o açúcar e o algodão.

Até a vinda do Morgado de Mateus, em 1765, a economia paulista caracterizou-se por um estado de lamentável pauperismo. A documentação deixada por esse governador contém inúmeras referências à situação miserável em que se encontrava a Capitania, que ele atribuía à preguiça, à vadiagem, às vendas a crédito e ao hábito de comprar escravos, cujo tempo ocioso se convertia em prejuízo para seus proprietários. Em 1766, o Morgado descrevia a Capitania de

São Paulo como uma região povoada por indivíduos que viviam, na sua maior parte, nos "sítios-volantes", pois

"como os rios e o mato fornecem mantimentos a pouco custo e o calor do país escusa o vestido vive a maior parte das gentes vadiando, sem emprego, sem ocupação, na liberdade, na ociosidade e na miséria" (1).

A preocupação da população era com a sobrevivência imediata, o que levava a um nomadismo constante. Sem nada de seu que o prendesse ao chão, o paulista utilizava-se da queimada e da depredação da natureza de modo tal que

"se acham as campinas de vizinhança de São Paulo sem dar fruto, do mesmo modo as de todas as vilas dessa Capitania e o pior é que por conseguirem o engodo do mato virgem largam a habitação das povoações" (2).

1- D.I., 73, p. 90.
2- D.I., 23, p. 7.

Fatores internos (decadência da mineração) e fatores externos (a transformação da economia européia) foram em auxílio do governador, pois as causas apontadas por este como responsáveis pelo abandono da agricultura nada mais eram do que as consequências da ausência de uma corrente de exportação que promovesse a agricultura comercial da Capitania (1). A política de fomento do Morgado de Mateus e a conjuntura internacional deram o primeiro impulso ao reerguimento econômico de São Paulo, impulso este que ocorreu principalmente no sentido de cultivar os produtos exportáveis. Já no final do século XVIII a Capitania exportava cerca de 1000 caixas de açúcar (2).

Se, por um lado, havia a agricultura comercial, por outro o Morgado de Mateus cuidou também de estimular a produção de mantimentos, conforme indicam vários de seus ofícios enviados aos juizes ordinários e aos oficiais das Câmaras de diferentes vilas da Capitania (3). Convém lembrar aqui o proble-

-
- 1- CANABRAVA, Alice P. - Uma economia de decadência; os níveis de riqueza em São Paulo, 1765-67. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, 26 (4): 95-123, out.-dez. 1972.
PETRONE, Tereza S. - A lavoura canavieira em São Paulo; expansão e declínio (1765-1851). São Paulo, DIFEL, 1968, p.16 (Corpo e Alma do Brasil).
- 2- PRADO Jr., Caio - op. cit., p. 86.
- 3- D.I., 33, p. 57-58.

ma do abastecimento das tropas que participavam das lutas contra os espanhóis.

A agricultura canavieira em São Paulo, nessa época, caracterizou-se pela ausência de caráter monocultural, já que, de acordo com Alice Canabrava, os engenhos de açúcar se identificavam como empresas de produção diversificada, em que se associavam o plantio da cana e o preparo do açúcar com a cultura de gêneros alimentícios essenciais, tais como o milho, feijão, mandioca, a criação de animais e o preparo da farinha de mandioca (1).

No início do século XIX, segundo observação do viajante Mawe, a primeira preocupação nessas fazendas era abrir as covas com enxada para a semeadura do milho e do feijão, para em seguida se plantarem as roças de mandioca. Só depois que eram garantidas as necessidades alimentares é que se passava para o cultivo da cana-de-açúcar (2).

Em 1798 São Paulo produzia amendoim, farinha de man-

-
- 1- CANABRAVA, Alice P. - Esboço da história econômica de São Paulo. In: São Paulo; terra e povo. São Paulo, EDUSP, 1967, p. 19-46.
 - 2- MAWE, John - Viagem ao interior do Brasil; principalmente ao distrito do ouro e dos diamantes. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944, passim.

dioca, feijão, arroz, milho, algodão, café, aguardente de cana, óleo de amendoim, gado, couro e tecidos de algodão, além do açúcar. Toda essa produção era consumida na cidade, com exceção dos couros, que eram vendidos ao Rio de Janeiro (1).

O incentivo ao desenvolvimento da agricultura não foi, porém, ininterrupto, pois a política do Morgado de Mateus sofreu um hiato com seus sucessores imediatos. Somente no governo de Bernardo José de Lorena, já em 1788, é que reapareceu a preocupação intensa com a economia de São Paulo (2). Na última década do século XVIII São Paulo entrou numa fase de franca recuperação econômica, baseada especialmente na produção e exportação de açúcar. O número de engenhos aumentou de maneira espantosa (de 483, em 1798, para 574, em 1799), com uma média de produção de 86 sacas anuais.

1- M.P., 1798, DAESP, 1. 32 A.

2- Os governadores de São Paulo depois de 1765 foram:

- Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775);
- Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782);
- Francisco da Cunha Menezes (1782-1786);
- J. Raimundo Chichorro da Gama Lobo (1786-1788);
- Bernardo José de Lorena (1788-1797);
- Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802).

O COMERCIO

A pequena produção agrícola e a inexistência de lavras ricas em São Paulo fazia com que a maior parte da população com relativo poder aquisitivo se dedicasse às atividades comerciais, que ainda assim apresentavam inúmeros fatores negativos.

São Paulo possuía uma posição privilegiada para a comunicação com as regiões do ouro. Para chegar a Minas, transpunha-se primeiramente a Serra do Mar, e em seguida a Mantiqueira, que oferecia passagem através de inúmeras gargantas, das quais a mais frequentada era a do Embaú. A abertura do "Caminho Novo" , por Garcia Rodrigues Pais, no início do século XVIII, estabeleceu a ligação direta entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais; saía do Porto da Estrela, atingia Petrópolis e transpunha o rio Piabanha para atingir as regiões produtoras de ouro.

O "Caminho Novo", por razões de ordem política, fiscal e econômica, tornou-se mais importante do que o antigo caminho que partia de São Paulo e que, apesar de tudo, continuou enviando à população entregue à mineração carne de porco defumada e salgada, vários tipos de cereais, caixetas de marmelada e princi

palmente açúcar. Esses mesmos produtos eram enviados a Goiás e Mato Grosso, regiões com as quais São Paulo se comunicava através de caminhos de terra e de vias fluviais, respectivamente.

Se, por um lado, a posição de centro de irradiação privilegiava São Paulo, por outro sua localização oferecia problemas, pois ficava mais distante dos centros europeus que as regiões exportadoras do Nordeste. Suas condições geográficas eram igualmente desfavoráveis. As terras férteis ficavam separadas da área da marinha pelo paredão da Serra do Mar, de difícil acesso, e a faixa litorânea, por sua vez, não tinha condições de solo e clima que favorecessem uma atividade agrícola especialmente produtiva.

Apesar disso, a localização de São Paulo, ligando Minas Gerais aos campos do sul do Brasil, permitia-lhe que se beneficiasse da corrente de comércio de gado bovino e muar que procurava atender a demanda da região das Minas, carente de produtos alimentícios e de meios de transporte.

De acordo com Alice Canabrava, foram as necessidades de abastecimento das Minas Gerais que levaram ao desenvolvimento embrionário das articulações inter-regionais brasileiras a longa distância. Formou-se em São Paulo um centro comercial de amplas dimensões destinado a suprir grande parte da Colônia :

Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e o interior da Capitania (1).

A rota principal do comércio de animais procedia dos Campos de Viamão, no Rio Grande de São Pedro, e tinha em Sorocaba sua mais famosa feira, além de um importante centro distribuidor de muar. Por Sorocaba teriam passado, entre 1724 e 1800, 291.000 animais (2). Além das tropas de muares, importavam-se do sul as manadas de gado vacum e cavalari destinadas principalmente aos mercados do Rio de Janeiro e das Gerais. As grandes fortunas encontradas na capital paulista no século XIX procediam do comércio de gado vindo do sul, que o próprio Morgado de Mateus descrevia em sua correspondência como o mais sólido da Capitania.

A cidade de São Paulo recebia também a produção de açúcar que vinha das vilas do interior (Itu, Porto Feliz, Campinas) em direção ao porto de Santos; desse mesmo porto chegavam as mercadorias provenientes da Europa, que tinham como des

1- CANABRAVA, Alice P. - op. cit..

2- AUSTREGESILLO, Myriam Ellis - Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil colonial. Revista de história, São Paulo, 4: 495-516, out.-dez. 1950.

tino a cabeça da Capitania ou as vilas do interior (1). Uma parte desses produtos chegava através do Rio de Janeiro e outra através do porto de Santos; um dos mais importantes era o sal cujo comércio era monopólio da Coroa arrendado a particulares.

O negócio do gado, do sal e das manufaturas européias constituíam atividades lucrativas. Permitiram o acúmulo de bens e fizeram surgir em São Paulo um grupo de mercadores com fortuna considerável dentro da sociedade da época, evidenciando a importância da cidade como centro irradiador do comércio. Tal facto iria dar as bases econômicas para o desenvolvimento experimentado por São Paulo na metade do século XIX, fornecendo, por exemplo, o capital para o açúcar e depois para o café.

nagre, azeite, óleo de peixe, aguardente do reino, vinho e sal (DAESP, 1. 32-A).

III

OS CABEDAIS E AS PROFISSÕES

AS FONTES DE RIQUEZA

Os documentos básicos utilizados foram os maços de população, especialmente os de 1765 e 1798. A riqueza, nesses dois levantamentos, é explicitada de modo diferente. O primeiro relaciona em espécie a fortuna dos indivíduos, omitindo seus bens. O segundo, ao contrário, omite a fortuna em espécie e discrimina os bens produzidos e possuídos pelos habitantes de São Paulo. Foram escolhidos, para a avaliação da fortuna, os bens considerados mais preciosos pelos contemporâneos e pela historiografia de modo geral: os escravos (1).

Alice P. Canabrava, baseada na avaliação de escravos que aparecia nos testamentos, calculou o preço médio de cada um deles como sendo de 54\$220, em 1765/1767. Esse valor é bem mais baixo do que o atribuído a cada escravo por Taunay,

"que estimou seu preço entre 100\$000 e 200\$000, na época. Os recenseamentos inéditos que consultamos revelaram valor muito me

1- vide Introdução, p. 11-12.

nor, verificada a média ponderada de 54\$220 cada um quanto a 44 escravos encontrados em cinco inventários. Aceitamos a hipótese de que se tenha atribuído valor muito baixo aos escravos, possivelmente a metade de seu preço de mercado. Mas há a considerar que numa economia decadente a tendência prevalente seria deixar ficar os escravos velhos, sem substituí-los por outros a serem adquiridos, tendendo a renovação a se fazer vagarosamente pelo crescimento vegetativo"(1).

Mas, mesmo num período de recuperação econômica como o final do século XVIII, o preço de escravos parece estar bem próximo dessa avaliação, conforme se pode perceber através da valorização dada aos escravos em inventários da última década do século(2).

De acordo com tal valorização, a posse de 10 escravos equivaleria a um cabedal acumulado de 542\$200, correspondendo a proximadamente ao cabedal representativo de uma relativa riqueza

1- CANABRAVA, Alice P. - Uma economia de decadência; os níveis de riqueza em S.Paulo (1765-1767), op. cit..

2- Ver, por exemplo, os inventários de Rita de Godói Soares (1795) e Francisco Alves Vieira (1796), DAESP, c. 5, ord.603, passim.

za. Vale lembrar aqui que esta quantia foi escolhida porque representa um certo enriquecimento das famílias que a possuíam , havendo um número razoável delas com este cabedal.

A utilização do número de escravos para se avaliar o cabedal parece ser a mais viável, apesar de imperfeita. Para algumas atividades (agricultura, pecuária, transportes) o escravo fornecia a mão-de-obra imprescindível, ao passo que em outras era dispensável. A posse de escravos não representa com exclusividade a riqueza, mas permite que ela seja avaliada em termos comparativos; pelo número de escravos pode-se, com efeito, aqui latar o poder econômico de seu proprietário, levando-se em consideração o número de escravos possuídos por outros senhores . Não foi possível, porém, a consulta sistemática aos inventários e testamentos do período estudado, em virtude da descontinuidade da série e do seu precário estado de conservação, que os torna em grande parte ilegíveis.

A tabela abaixo (1) mostra o preço de gêneros em São Paulo no começo do século XIX e demonstra o poder aquisitivo dessas famílias.

1- TAUNAY, Afonso de E. - História da cidade de São Paulo no século XVIII; 1765-1801. São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico, 1951, v.2, parte 2, p. 186 e segs. (Coleção Departamento de Cultura, 44).

MAPA DOS PREÇOS CORRENTES DOS GÊNEROS IMPORTADOS E EXPORTADOS DA
CAPITANIA DE SÃO PAULO NO ANO DE
1801

GÊNEROS DE EXPORTAÇÃO	POR	MÁXIMO	MÉDIO	MÍNIMO
Açúcar em caixa Fino	arroba	1\$600	1\$400	1\$120
Açúcar em caixa Mascavo	arroba	\$800	\$800	\$720
Açúcar em caixa Redondo	arroba	1\$200	1\$200	1\$000
Arroz	alqueire	1\$280	1\$280	1\$200
Algodão em Pano	vara	\$160	\$150	\$140
Algodão em Rama	arroba	1\$280	1\$200	1\$120
Aguardente	pipa	40\$000	38\$000	35\$000
Banha de porco	arroba	2\$400	2\$240	2\$000
Bois	um	4\$800	4\$000	3\$200
Bestas	uma	18\$500	17\$000	15\$500
Cafê	arroba	3\$000	2\$560	1\$920
Congonha <i>1/2 lb</i>	alqueire	\$480	\$320	\$280
Cal	alqueire	1\$070	1\$060	1\$050
Carne salgada	arroba	2\$000	1\$960	1\$300
Couros	arroba	2\$080	2\$000	1\$760
Cabos	arroba	1\$280	1\$120	\$960
Cavalos	um	10\$000	9\$600	9\$000
Curvas de madeira	uma	\$400	\$320	\$280
Caibros	um	1\$400	1\$360	1\$320
Chapéus de palha	um	1\$080	1\$070	1\$060
Estopa da terra	arroba	\$400	\$360	\$320
Farinha de mandioca	alqueire	1\$280	1\$120	\$800
Farinha de milho	alqueire	\$800	\$640	\$400
Farinha de trigo	alqueire	2\$000	1\$920	1\$760
Feijão	alqueire	1\$280	1\$200	1\$000
Fumo	arroba	2\$240	2\$000	1\$760
Frechais	um	\$640	\$600	\$560
Goma	alqueire	1\$200	\$960	\$720
Galinhas	uma	\$160	\$120	\$080
Marmelada	arroba	3\$200	3\$000	2\$880

Memoria Política de Melo Mendonça

GÊNEROS DE EXPORTAÇÃO	POR	MÁXIMO	MÉDIO	MÍNIMO
Melado	medida	\$080	\$070	\$060
Milho	alqueire	\$640	\$480	\$400
Peixe salgado	cento	1\$800	1\$600	1\$280
Idem	arroba	3\$800	2\$400	2\$000
Peças de botas	uma	1\$000	\$960	\$800
Portais	um	\$800	\$640	\$560
Queijos	cento	10\$000	9\$600	8\$000
Ripas	uma	\$200	\$160	\$120
Sola	meio	\$700	\$640	\$560
Toicinho	arroba	1\$990	1\$760	1\$600
Taboado	dúzia	4\$000	3\$200	3\$000
Telha	cento	1\$000	\$960	\$800
Tijolos	cento	1\$000	\$960	\$800
Vigas	uma	\$400	\$380	\$370

PREÇOS CORRENTES EM 1800 DOS GÊNEROS DE IMPORTAÇÃO NA CIDADE E CAPI
TANIA DE SÃO PAULO

GÊNEROS DE IMPORTAÇÃO	POR	MÁXIMO	MÉDIO	MÍNIMO
Aço	arroba	5\$000	4\$800	3\$200
Almocafres	um	\$800	\$640	\$560
Azeite doce	pipa	150\$000	146\$000	138\$000
Azeitonas	barril	3\$200	2\$240	1\$920
Aguardente do Reino	pipa	200\$000	195\$000	190\$000
Baeta	côvado	\$700	\$640	\$600
Baetão	côvado	1\$920	1\$800	1\$600
Bertanha de França	peça	8\$000	7\$000	6\$000
Bertanha de Hamburgo	peça	4\$000	3\$520	3\$200
Bertanha de Calêsia	peça	4\$800	4\$600	4\$200
Bacalhau	arroba	3\$200	3\$000	2\$880
Cravos de ferrar	milheiro	5\$000	4\$800	4\$000
Cobertores	um	4\$800	4\$000	3\$200
Cordovões	dúzia	8\$000	7\$200	7\$000

GÊNEROS DE IMPORTAÇÃO	POR	MÁXIMO	MÉDIO	MÍNIMO
Crês engomados	peça	9\$600	9\$000	8\$800
Carneiras	dúzia	4\$000	3\$600	3\$200
Cadarços de linho	maço	9\$000	8\$000	7\$000
Cambraias	peça	20\$000	16\$000	15\$000
Cambraietas	peça	9\$600	9\$000	8\$000
Caças finas	vara	3\$200	2\$560	2\$000
Caças ordinárias	vara	\$960	\$800	\$640
Casimiras	côvado	3\$200	2\$560	2\$000
Chumbo em pasta	arroba	3\$000	2\$880	2\$400
Chumbo em grão	arroba	3\$200	3\$000	2\$800
Chapéus finos	um	6\$400	4\$800	4\$000
Chapéus de Braga	um	2\$000	1\$920	1\$600
Chapéus de baeta	um	\$640	\$600	\$480
Chã pérola	libra	4\$800	4\$600	4\$200
Chã	libra	3\$200	3\$000	2\$560
Dorantes	peça	19\$200	18\$000	17\$000
Droquetes	côvado	1\$120	1\$000	\$880
Estanho de verguinhas	arroba	1\$000	\$960	\$850
Enxadas	uma	1\$280	1\$200	1\$120
Foices	dúzia	\$960	\$800	\$640
Ferraduras	arroba	3\$360	3\$000	2\$560
Ferro	libra	3\$000	2\$880	2\$560
Fios de sapateiro	peça	\$560	\$400	\$360
Gangas	oitava	2\$000	1\$920	1\$800
Galões	vara	\$480	\$400	\$320
Linho fino	vara	\$800	\$720	\$640
Linho meia marca	vara	\$560	\$480	\$440
Manteiga	libra	\$560	\$500	\$480
Marroquins	dúzia	13\$000	12\$000	11\$000
Machados	um	1\$120	\$960	\$800
Pregos caibrais	milheiro	12\$000	11\$000	10\$000
Pregos pau a pique	milheiro	10\$000	9\$000	8\$000
Pregos caixares	milheiro	5\$400	4\$000	3\$200

GÊNEROS DE IMPORTAÇÃO	POR	MÁXIMO	MÉDIO	MÍNIMO
Pregos ripares	milheiro	2\$720	2\$400	2\$000
Pólvora	arroba	30\$720	25\$600	20\$480
Papelão	maço	3\$000	2\$800	2\$500
Papel Holanda	resma	9\$600	8\$000	7\$000
Papel ordinário	resma	3\$840	3\$200	2\$880
Sal	alqueire	2\$000	1\$920	1\$760
Vinho	pipa	128\$000	122\$000	116\$000
Vinagre	pipa	60\$000	53\$200	48\$000

Da mesma forma pode-se avaliar a riqueza através dos inventários:

"um sítio na paragem de Itaberaba cercado de valos e o quintal com casas de taipa de pilão, cobertas de telha... com seus corredores com portas com fechaduras e janelas, com seus arvo redos de espinho e jabuticabeiras e além do quintal cobertas de telha tem mais terras de fora do cercado..... 180\$000

um boi carreiro4\$000

uma vaca de cria.....2\$560

uma novilha.....1\$600

um cavalo manso.....8\$000

um tacho de cobre com 20 libras.....6\$400

um capote de pano grosso com muito uso ...9\$100
um prato fundo de estanho.....\$160"

(1)

O cabedal dos habitantes era proveniente de algumas ativida
, a seguir discriminadas.

AGRICULTORES E CRIADORES

A agricultura era a atividade básica da cidade de São Paulo, já que a grande maioria dos seus habitantes a ela se dedicava. As atividades do campo dependiam aqueles que praticavam uma agricultura de auto-subsistência familiar, os que plantavam para vender a outros habitantes e os que se dedicavam à agro-indústria para exportação: produtores de cana-de-açúcar e plantadores de algodão.

Por volta de 1760, os componentes do primeiro grupo, isto é, os indivíduos que praticavam a lavoura de auto-subsistência, deveriam constituir a parcela mais numerosa da população rural, pois supõe-se que a maior parte dos agricultores pertencessem a esse grupo

(1). A grande maioria deles

"vivia dispersa de modo irregular em áreas imensas, deslocando-se continuamente pelas florestas virgens, sem bens de raiz e, de modo geral, sem móvel que perder" (2).

numerosas as descrições sobre os "sítios volantes" deixadas pelo Morgado de Mateus (3). Viviam seus moradores na mais absoluta mi

1- CANABRAVA, Alice P. - op. cit..

- Idem, ibidem.

DI, 73, p. 88-95; DI, 23, p. 1-10; DI, 72, p. 96; DI, 19, p.333.

séria, sem nada de seu a perder: seus únicos bens eram o cachimbo, a espingarda para a caça, a rede para pescar, a rede para dormir e uma casa de barro coberta de folhas.

A técnica de trabalho era a mais rudimentar possível. O primeiro passo era a queimada da mata virgem, pois se acreditava que somente essa terra poderia dar algum fruto; o resultado era desolador:

"muitas léguas ao pé desta cidade tudo é campo porque há muitos anos se lhes acabou o mato virgem e não cresceu outro" (1).

Depois da queimada procedia-se à semeadura de algumas bananeiras e pés de milho, esperando-se o tempo da colheita. Nenhum tipo de adubo era utilizado e a

"única pujança do solo provinha do pouco esterco das ervas naturais que o vestiam e nele apodreciam, sendo o fundo estéril por jamais lhe chegar o adubo" (2).

Cada um colhia apenas o que lhe bastava para sua mise-

1- DI, 23, p. 376 (ofício de 30/01/1768).

2- TAUNAY, Afonso de E. - op. cit., v. 2, parte 1, p. 16.

rável existência quotidiana; nada sobrava para ser comercializado, nem para ser armazenado como previdência.

Os costumes e hábitos desse grupo eram também objeto de reprovação por parte dos contemporâneos. Insociáveis, embrando-se mais e mais pelos matos virgens, viviam afastados das normas morais e religiosas vigentes (1).

Da população recenseada em 1765, 54,05% não apresentava riqueza alguma, e embora seja impossível precisar o número dos que plantavam nas condições acima descritas é fácil deduzir que deveriam formar a maior parte da população sem riqueza. Em 1798 são descritos nas listas de habitantes como gente que "é pobre, planta para comer"; embora as condições da vila e da Capitania tenham se transformado, constituíam 220 chefes de família, representando 10,80% da população ativa livre.

Pode-se vislumbrar um segundo grupo de homens dependentes da agricultura naqueles cuja produção se destinava ao consumo local, caracterizando a agricultura de subsistência propriamente dita. As fazendas produziam mandioca, milho, trigo, arroz,

1- RENDON, J. A. de Toledo - "Reflexões sobre o estado em que se encontra a agricultura na Capitania de São Paulo (1788)". DI, 44, p. 195-215.

algodão, cuja maior parte era consumida dentro de seus próprios limites pelo senhor e sua família, agregados e escravos.

As técnicas rudimentares, a falta de estímulo ao trabalho e a pobreza da vila não davam ensejo a que a produção se desse em grande quantidade; apenas uma pequena parte se destinava à comercialização em outras áreas. O trigo excedente era exportado para o Rio de Janeiro. Para as vilas da marinha iam carne de porco salgada, farinha de mandioca, arroz e açúcar. Este reduzido comércio permitia que viessem para São Paulo produtos manufaturados indispensáveis, que seus habitantes não podiam produzir (1).

A agricultura de subsistência parece que se dedicavam os 65 lavradores identificados no censo de 1765, quando ainda não haviam frutificado os esforços do Morgado de Mateus e de seus sucessores em prol do crescimento da produção agrícola. Representavam eles 10,27% da população e seu cabedal total, de 5:370\$000, significava 2,07% da riqueza total de São Paulo, que remontava a 266:243\$000.

1- CANABRAVA, Alice P. - Esboço da história econômica de São Paulo. op. cit..

As últimas décadas do século XVIII assistiram a profundas transformações na economia da Capitania paulista e da cidade de São Paulo. O crescimento da agricultura, provocado pela política portuguesa de fomento, começou a se manifestar ainda durante o governo do Morgado de Mateus; este anunciava, em 1768:

"a lavoura que tenho promovido já pode dar carga, por haver algumas freguesias em que já este ano se colheram três para quatro mil arrobas de algodão " (1).

A preocupação com a agricultura foi também predominante no último governo do século XVIII, o de Melo Castro e Mendonça, conforme se depreende da memória sobre o assunto que enviou à Câmara de São Paulo, em 1798 (2).

As transformações econômicas são perceptíveis na listagem da população feita naquele ano; já era possível distinguir os lavradores que produziam para a auto-subsistência familiar (descritos como "é pobre, planta para comer") dos que se dedicavam à agricultura de subsistência, atendendo às necessidades do

1- DI, 23, p. 384.

2- Registro Geral, XII, 1798, p. 256 e segs..

consumo próprio e, em parte, da população local. O número destes últimos perfazia um total de 220 chefes de fogos identificados, que possuíam juntos 832 escravos. Calculando o preço médio de cada escravo em 54\$220, havia nas mãos desses lavradores 45:110\$000, o que permite que se avalie a riqueza média de cada família em 205\$040. Evidencia-se, assim, uma melhoria de nível dos lavradores a partir da segunda metade para o fim do século XVIII, já que concentravam 24,67% da riqueza (1).

O enriquecimento fez-se também presente na agricultura voltada para o comércio externo, com o aumento do número de engenhos e com o aparecimento de alguns poucos plantadores de algodão no final do século. Havia então em São Paulo 19 proprietários de engenho e 2 plantadores de algodão para fiar.

Os engenhos, tal como os sítios que produziam algodão, não eram unidades monoculturais. Nessas propriedades, a primeira preocupação era garantir a subsistência de seu pessoal através do plantio de roças de milho, mandioca, arroz, feijão. Não havia

1- De acordo com o quadro de "Ocupação dos habitantes que existem na cidade de São Paulo e seus distritos no ano de 1798" (DAESP, l. 32-A), havia 5935 escravos (2908 homens, 3027 mulheres), daí o total do seu valor alcançar 321:695\$700.

em São Paulo, com efeito, nenhuma propriedade que fosse exclusivamente produtora de açúcar de cana; a atividade principal de tais engenhos era a produção do açúcar, mas não deixavam eles de promover ao mesmo tempo a cultura de produtos destinados à alimentação.

Os primeiros engenhos que surgiram no século XVIII eram bastante rústicos. Não passavam de simples engenhocas, com precário equipamento agrícola à base de machado, foice e enxada, tendo no animal sua principal força motriz. No plantio da cana eram utilizadas as mesmas técnicas primitivas da lavoura de subsistência: a queimada e a ausência de adybação, acarretando problemas de destruição das matas e esgotamento rápido do solo. Tal precariedade se explica porque "não havia muita necessidade de capital", que junto com

"instalações modestas e pequeno número de escravos teriam possibilitado o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar e o acúmulo de capitais que permitiram a expansão

dessa atividade" (1).

Porisso,

"possivelmente tropeiros, comerciantes acabavam tornando-se senhores de engenho"(2).

Apesar da relativa pobreza dos engenhos, seus donos colocavam-se entre os maiores proprietários de escravos: 19 senhores de engenho possuíam 119 escravos, valendo 6:452\$000 - total que permitia uma média de riqueza elevada por família, qual seja, de 339\$588.

Havia somente dois plantadores de algodão relacionados nas listas de 1798. Possuíam ao todo 16 escravos, equivalendo a 867\$520, com riqueza média de 433\$760. Este total seria consideravelmente alto se dois plantadores entre 376 agricultores fossem um número significativo, o que não ocorre; correspondiam a 0,53% dos plantadores e 0,11% da população ativa livre de 1716 indivíduos, perfazendo seu cabedal 0,26% do total. Tais dados, pois, podem ser considerados irrelevantes.

-
- 1- PETRONE, Maria Tereza S. - A lavoura canavieira em São Paulo, op. cit., p. 58.
 - 2- ALMEIDA, Elizabeth Darviche Rabelo de - As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII. São Paulo, 1972, passim (Tese de doutorado junto a FFLCH - USP).

Era também muito pequeno o número dos que tinham na criação sua atividade econômica principal: apenas 4, que juntos possuíam a enorme quantia de 75 escravos, somando 4:066\$500. A média de riqueza seria alta (1:016\$620), mas se devia a um grande criador de gado nos Campos de Curitiba, o Cônego Francisco Joaquim de Toledo Rendon, senhor de 57 peças.

Os números de 1798 mostram que a agricultura de São Paulo se reergueu nas últimas décadas do século XVIII, conforme demonstra o quadro abaixo:

<u>AGRICULTORES</u>					
DATA	número de chefes de fogo	% sobre população ativa livre	cabedal geral	% sobre cabedal da cidade	média de riqueza por família
1765	65	10,26	5:370\$000	2,01	82\$615
1798	379	22,08	59:316\$000	18,43	156\$508

COMERCIANTES

Pretende-se incluir aqui todos os indivíduos que dependiam do comércio em quaisquer de seus ramos: homens de negócio, mercadores, vendeiros, os que "viviam de suas agências" e quitandas e os comerciantes de escravos. A documentação do século XVIII não permite que se estabeleçam com firmeza as diferenças existentes entre os grupos citados. O censo de 1765 discrimina os homens de negócio, os que vivem de negócio e o negociante, mercadores, vendeiros e os que "vivem de suas agências". Já em 1798, todos aqueles que tinham em alguma atividade comercial sua base econômica viviam "de negócios", seja de fazenda seca, de açúcar, de comprar escravos. A palavra negócio, porém, não foi empregada para indicar os que viviam de suas vendas e quitandas. Havia ainda, simplesmente, os que viviam "de seus negócios".

Cabe aqui uma tentativa no sentido de esclarecer a significação desses vocábulo.

Observando os cabedais dos chamados homens de negócios e negociantes na década de 1760, percebe-se que possuíam cabedal

avultado em relação à riqueza dos mercadores. Havia sete indivíduos, entre homens de negócio e negociantes, cuja riqueza somava 69:250\$000 (a riqueza média era de 9:892\$850), enquanto que os cabedais de 27 mercadores alcançavam 23:280\$000 (a riqueza média era de 862\$222) (1). A diferença de riqueza parece indicar que homens de negócio e negociantes eram aqueles que comerciavam em grosso, os revendedores que faziam vir da Metrôpole ou de outras regiões da Colônia os produtos que distribuïam, ou os que aqui compravam para enviar a Portugal e a outras capitã-nias o que São Paulo produzia. Esta hipótese encontra apoio na definição de Morais:

"negociante em geral é sinônimo de comerciante, porém toma-se restritamente pelo que professa comércio externo" (2).

Em 1798, já não se sente a diferença da riqueza; viviam "de ne-

-
- 1- As informações que levam a estes números foram retiradas de: "Lista da Gente que compreende a cidade de São Paulo, e todo o seu termo, de que é capitão-mor Manuel de Oliveira Cardoso" (1765), "Lista da Cia. de Ordenança da cidade de São Paulo" (1767), "Lista da Cia. de Ordenança do bairro de Santana" (1768).
 - 2- SILVA, Antônio de Morais - Dicionário da língua portuguesa. 8a. ed. rev.. Rio de Janeiro, Empresa Literária Fluminense, 1889, v. 1, p. 492.

gócios" todos os que comerciavam com o que vinha de fora, ou que para fora enviavam seus produtos; viviam de "seus negócios" os que importavam do Rio de Janeiro fazendas secas para revender, os que compravam e vendiam escravos novos em Santos ou no Rio de Janeiro, os que adquiriam animais no Rio Grande do Sul e Curitiba para colocá-los à venda em São Paulo; mas não viviam "do seu negócio" os vendeiros, os taberneiros, os que dependiam de suas agências ou quitandas. Parece, então, que o termo homem de negócio e negociante se aplicava, no final do século, não só ao grande comerciante, como quer parecer o censo de 1765, mas a todo o que tivesse como objeto de comércio mercadoria importada ou exportável.

O mercador, que de acordo com Viterbo

"é o capaz de se com ele comerciar e vender por bom preço com utilidade de quem compra e vende" (1),

aparece somente nas listas de 1765 e 1767, desaparecendo por

1- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - Elucidário de palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram. 2a. ed. rev.. (Lisboa), Ed. A.J.Fernandes Lopes, s. d., p. 87.

completo em 1798. A palavra parece indicar os comerciantes de loja aberta, pois

"em particular é aquele que compra e faz fabricar mercadorias para vender por grosso ou a retalho em armazém ou loja" (1)

ou ainda, mais restritamente,

"o negociante de panos, baetas, etc." (2).

Dos 27 mercadores de 1765, 4 são encontrados na Lista de Companhia de Ordenança desta cidade, de 6 de outubro de 1772 (3); em seguida a seus nomes está registrado "tem loja", o que vem colaborar com a definição acima citada, pois é pouco provável que estes homens tenham modificado suas atividades. O fato de a palavra mercador não aparecer nenhuma vez no censo de 1798 pode ser explicado pelo uso do termo homens de negócio para todos os que vendiam produtos importados - e a grande maioria dos que viviam de negócios eram os que faziam vir do Rio de Janeiro a fazenda seca com a qual comerciavam ,

1- SILVA, Antônio de Moraes - op. cit., p. 492.

2- Idem, p. 340.

3- DAESP, 1. 30.

possivelmente em seus estabelecimentos de loja aberta.

Os mercadores e os homens de negócio representavam a camada de comerciantes melhor aquinhoadas pela riqueza. Em 1765 seu cabedal conjunto atingia 92:530\$000, constituindo o maior por grupo profissional, e apresentavam uma das mais altas médias de riqueza: 2:721\$470, por chefe de fogo. Constituíam 5,37% da população ativa livre e concentravam 34,75% da riqueza. Em 1798 havia 71 homens de negócio, incluindo-se os comerciantes de fazenda seca, de açúcar e outros produtos das capitanias, e os vendedores de escravos. Possuíam, ao todo, 420 escravos no valor de 22:772\$400. Representavam 4,13% da população ativa livre e concentravam 7,07% da riqueza, com a média de posse de cada um de 339\$880. A média da riqueza dos homens de negócio era bastante elevada se comparada à dos agricultores de subsistência, e ainda estava um pouco acima da dos senhores de engenho.

Os que viviam do negócio de comprar bestas em outros pontos da Colônia e revendê-las perfaziam um total de 14, em 1798. Possuíam 145 escravos, valorizados em 7:861\$900, com ri-

queza média de 561\$564. Já se destacou a importância que o comércio de animais de carga ou de corte ocupou na economia paulista do século XVIII. O negociante de animais era uma figura de destaque no cenário da cidade naquele período. Tinha, com e feito,

"uma posição hierarquicamente bem definida no quadro econômico de então, estabelecendo a ligação entre os criadores de gado e os agricultores compradores de animais e produtores de mercadorias destinadas ao comércio internacional" (1).

O comércio de gado era, no período, uma das atividades mais lucrativas. As necessidades de abastecimento das regiões mineradoras formaram em São Paulo um centro de comércio de dimensões bastante amplas, e enriqueceram o grupo de comerciantes que se dedicava ao comércio de gado. Já no tempo do restabelecimento da autonomia administrativa da Capitania, afiru

1- PETRONE, Teresa S. - O Barão de Iguape; um empresário na época da Independência. São Paulo-Brasília, Editora Nacional - INL, 1976, p. 153 (Brasília, 361).

mava o Morgado de Mateus:

"o negócio mais limpo que tem esta capitania de São Paulo é o dos animais que se vão buscar à fronteira de Viamão; neste tráfico lucram os que têm dinheiro, e o em prestam, ganham os que vão comprar, utilizam-se os fazendeiros, que povoam as fronteiras..." (1).

O gado continuou a ser o mais importante produto de comércio nos governos seguintes, e Bernardo José de Lorena, em seu relatório a Melo Castro e Mendonça, salientava que

"outro grande ramo do comércio desta Capitania é o das bestas, cavalos e bois que vêm de Viamão" (2).

Os negociantes de gado aparecem com clareza nos Mapas de População de 1798, mas é provável que já em 1765 estivessem entre os abastados homens de negócio. Este parece ser o caso de Francisco de Sales Ribeiro, negociante de cabedal de

1- D.I., 19, p. 414.
2- D.I., 15, p. 126.

8:000\$000, cujo filho José declararia, em 1798, viver

"do que granjeou em tropas de bestas que mandou vir em outros tempos do Rio Grande do Sul" (1);

em 1765, José Francisco Sales tinha trinta anos e vivia com o pai, com o qual possivelmente trabalhava comprando e vendendo bestas.

Os três grupos de comerciantes - homens de negócio, mercadores e negociantes de animais - detinham a maior parte da riqueza entre os comerciantes como um todo. Abaixo deles havia os vendeiros, os taberneiros e os que viviam de suas agências e quitandas.

Algumas vendas tinham lugar especial para seu funcionamento: as "casinhas", que passaram a existir a partir de 1774. Mantinham-se elas com o comércio de gêneros comestíveis. Havia 19 vendeiros em 1765 e 39 em 1798. O cabedal dos primeiros atingia a restrita quantia de 2:625\$200, e em 1798 era ainda menor: 1:355\$000. No primeiro caso, representava

1- Maço de População, 1798. DAESP, 1. 32-A, passim.

1,05% do cabedal da cidade, e no segundo 0,42%.

Viviam de suas agências os que vendiam animais e produtos não encontrados no comércio estabelecido (1), e de suas quitandas viviam os que vendiam em tabuleiros pastelaria caseira. Seu número era pequeno, formando, ao lado do contingente de desocupados e agricultores de auto-subsistência, a parte da população sem riqueza.

1- HERMANN, Lucilla - Evolução da estrutura social de Guaratinguetã num período de 300 anos. Revista de administração, São Paulo, 2 (5-6): 23, 1948 .

COMERCIANTES						
	RAMO	Nº	CABEDAL	% POPULAÇÃO ATIVA LIVRE	% CABEDAL GERAL	MEDIA
1765	homens de negócio	7	62:250\$000	1,10	26,01	9:892\$850
	mercadores	27	23:280\$000	4,26	8,74	862\$222
	vendeiros	19	2:625\$000	3,00	0,98	138\$157
	agências e quitandas	1		0,15		
	TOTAL	54	95:155\$000	8,51	35,73	1:762\$120
1798	homens de negócios	71	22:772\$400	4,13	7,07	320\$738
	comerciantes de animais	14	7:861\$900	0,81	2,44	561\$500
	vendeiros	39	1:355\$500	2,27	0,42	34\$743
	agências e quitandas	21	271\$100	1,22	0,08	6\$951
	negociantes de escravos	4	2:873\$660	0,23	0,89	718\$415
	TOTAL	149	35:134\$500	8,68	10,90	235\$800

ARTISTAS E OFICIAIS MECÂNICOS

As artes e os ofícios mecânicos da Colônia procura -
vam seguir o modelo português; mas as diferenças da sociedade
e economia não permitiam que sua organização profissional fos-
se a mesma dos seus pares portugueses.

Havia em Portugal 24 corporações "embandeiradas", is
to é, sujeitas a regulamentos

"relativos a cada profissão a que as Câma-
ras Municipais davam regimento, colocando-
as sob a proteção de um Santo patrono ou
padroeiro" (1).

As Câmaras Municipais controlavam as atividades mecâ
nicas e artesanais, concedendo licença para o exercício da pro
fissão e controlando os preços e os produtos utilizados nas ma
nufaturas, conforme as Ordenações. A licença era concedida me
diante a aprovação em exame perante o juiz e o escrivão de ofí
cio (2), que eram eleitos pelos mestres. Os mestres de ofício

1- TAUNAY, A. de E. - História da cidade de São Paulo no sêcu-
lo XVIII (1735-1765), op. cit., v.1, parte 2, p. 214.

2- ver, por exemplo, o Registro Geral X, 1750, p. 10.

eram os que já tinham sido aprovados nos exames. Companheiros eram aqueles que trabalhavam com os mestres, mas não tinham ainda conseguido licença para abrir seu próprio estabelecimento.

São Paulo não incentivava o desenvolvimento das atividades artesanais, que se restringiam às indispensáveis e eram desempenhadas, grande parte das vezes, por escravos. Segundo o Morgado de Mateus,

"nestas terras não há povo, e por isso não há quem sirva ao Estado: exceto muito poucos mulatos que usam seus ofícios, todos os mais são senhores, ou escravos que servem àqueles senhores... algum oficial que vem do Reino, passado pouco tempo logo se mete a senhor; compra escravos, ensina-os e passa-lhes o ofício..." (1).

Isto explica porque se encontram alguns oficiais com cabedal relativamente alto, ou possuidores de escravos. Em 1765, por

1- D.I., 23, p. 378-379.

exemplo, o pedreiro Bento de Oliveira Lima se declarava possuidor de um cabedal de 500\$000, tal como o marceneiro João da Mota Liver; Jerônimo Francisco do Couto, carpinteiro, possuía 600\$000. Em 1798, a relação de escravos deixa ainda mais evidente tal situação: José Patrício, pintor, tinha 6 escravos ; José da Silva, carpinteiro, 2 (1).

A utilização da mão-de-obra escrava não era bem vista, pois os escravos não dependiam da concessão de licença, já que era seu senhor quem a obtinha. Afirmava o Morgado de Matheus, em 1768, que

"É muito conveniente que os oficiais e jornaleiros tenham taxa e preço certo dos jornais que devem levar ... e que dos ditos oficiais haja somente duas classes: uma dos melhores, com preço mais avultado, outra dos que não são bons, com preço mais diminuto..." (2).

A pobreza da cidade, que permanecia ainda por edifi-

1- Dados extraídos dos Maços de População de 1765 e 1798.

2- D.I., 23, p. 395.

car, não permitia na metade do século a existência de muitos artistas e oficiais; estes não conseguiam muito trabalho e andavam

"mendigando sem terem o que fazer, e sō lhes dá obra quem não tem experimentado a primeira vez" (1).

À medida que o tempo passava, tal situação se transformava; alguns ofícios desapareciam, outros novos surgiam e aumentava o número de profissionais, conforme se depreende da tabela abaixo (2):

1- Idem, ibidem.

2- Os elementos constantes desta tabela foram retirados das listas dos habitantes e não dos quadros gerais, com cujos números não conferem.

OFÍCIOS	ANOS		
	1765	1776	1798
alfaiates	17	28	36
caldeireiros	1	-	2
cangalheiros	1	-	1
carrieiros	-	-	1
carpinteiros	10	13	31
cerieiros	1	-	3
cutileiros	1	-	-
ferradores	1	-	2
ferreiros	3	10	16
fundidores	-	2	-
latoeiros	-	-	1
marceneiros	1	1	4
ourives	2	3	7
paneleiros	-	-	1
pedreiros	2	3	1
pintores	4	6	2
sapateiros	13	23	37
seleiros	2	5	7
tecelões	5	4	41
torneiros	-	-	1
oleiros	-	-	5
relojoeiros	-	-	1
barbeiros	1	3	3
cabeleireiros	1	4	1
escultores	-	-	1
TOTAL	66	105	209

A mudança, entretanto, deu-se apenas nesse aspecto, pois se houve alteração da riqueza média dos artesãos e oficiais foi no sentido de empobrecimento de tal grupo profissional.

Os 66 artesãos registrados pelo censo de 1765 possuíam 6:346\$200, cifra que permitia a média de 91\$973 por indivíduo; por ofício, a média de riqueza era:

alfaiate	63\$578
caldeireiro	300\$000
cutileiro	350\$000
carpinteiro	112\$169
ferrador	50\$000
ferreiro	25\$000
marceneiro	500\$000
ourives	300\$000
pedreiro	290\$000
sapateiro	50\$000

(Os ofícios não relacionados não apresentaram cabedal algum)

No final do século é possível localizar 235 artesãos nas listas de habitantes - todos eles possuidores de 85 escravos, totalizando 4:608\$700. A riqueza média caiu para 19\$611 por indivíduo, ao passo que por ofício ficava assim distribuída:

alfaiate	28\$616
carpinteiro	19\$239
ferreiro	54\$220
marceneiro	54\$220
ourives	46\$474
pintor	189\$770
sapateiro	13\$188
seleiro	15\$491

tecelão	6\$121
torneiro	54\$220
oleiro	32\$532
barbeiro	36\$146

Continuavam valendo, parece, as observações do Morgado de Mateus em 1768, com um agravante: aumentara o número de oficiais, e seus serviços não eram muito solicitados, mesmo na época do restabelecimento da Capitania. Isto mostra que deveria haver um número de escravos suficiente para atender às necessidades de seus senhores, sem que houvesse a prestação de serviços do profissional qualificado para tanto.

O grupo de trabalhadores manuais, durante toda a segunda metade do século XVIII, foi um dos que apresentou os mais baixos níveis de riqueza.

ARTISTAS E OFICIAIS					
ANO	Nº CHEFES/ FOGO	% POPULAÇÃO ATIVA LIVRE	CABEDAL GERAL	% CABEDAL DA CIDADE	MÉDIA DE RIQUEZA/ FAMÍLIA
1765	66	10,42	6:346\$200	2,38	91\$973
1798	209	12,17	4:608\$700	1,43	19\$611

PROFISSIONAIS LIBERAIS

O número de profissionais liberais numa cidade tão pequena como a de São Paulo do século XVIII não poderia ser muito grande. Eram 12 em 1765 (6 advogados, 3 cirurgiões, 3 boticários). Também em 1798 havia 12 profissionais liberais (6 advogados, 2 cirurgiões, 1 médico e 3 boticários). Constituíam um dos grupos de média de riqueza mais elevada. Esta riqueza, entretanto, não era conseguida apenas com o exercício da profissão; era comum o exercício da profissão liberal ao lado de outra atividade lucrativa (1). Outro motivo que justificaria a média elevada era o grande desnível de uma categoria profissional para outra - havia algumas profissões que permitiam mais facilmente o enriquecimento, enquanto outras se aproximavam das atividades artesanais, não propiciando o acúmulo de dinheiro.

1- O advogado Antônio Fernandes do Vale, que aparece nas listas de 1765, detentor de grande cabedal (5:600\$000), era também homem de negócio. O Dr. Antônio Soares Calheiros, possuído em 1798 de 17 escravos, vivia de sua fazenda. Os boticários, além de fabricar os remédios, vendiam-nos em suas boticas, apresentando alta concentração de riqueza.

Entre os mais favorecidos encontravam-se os advogados e os boticários. Em 1765 a riqueza média dos primeiros era de 2:350\$000, e em 1798 de 262\$000. Os boticários, que auxiliavam a preparação de receitas medicinais ao seu comércio, tinham em 1765 a riqueza média de 1:733\$330. Em 1798, apenas um dos 3 boticários de São Paulo possuía escravos, e em número bastante alto: 29, que poderiam ser avaliados em 1:572\$380.

Na metade do século não havia nenhum médico residindo em São Paulo, e no final aparecia apenas um nas listas de população. Os cirurgiões deveriam exercer as funções de médico, embora fossem habilitados apenas para praticar a cirurgia,

"parte da medicina que ensina a curar feridas, chagas, tumores, deslocções e as operações de abrir e cortar membros"(1).

O médico, que deveria

"conservar e reparar a saúde perdida por

1- SILVA, Antônio de Moraes - op. cit., v. 1, p. 400.

meio de remédios" (1),

era formado por escola superior. Os cirurgiões eram considerados habilitados depois de estágio de dois a três anos em hospitais e autorizados a exercer a profissão pelas Câmaras Municipais, já que essa profissão era identificada com as atividades artesanais.

A preparação desses profissionais da medicina estava restrita à Metrôpole, o que levava a Colônia a se ressentir de sua falta, conforme se observa na memória de Melo Castro e Mendonça:

"Lembrei-me de estabelecer... uma academia onde se ensinasse o curso de Matemática, Fortificação, Artilharia e Desenho, além de duas cadeiras de Cirurgia, Farmácia, Botânica e Química..." (2).

A média de riqueza dos cirurgiões não era alta. Em 1765, dos três que viviam em São Paulo, apenas um, o cirur -

1- Idem, v. 2, p. 280-281.

2- Memória apresentada ao governador de São Paulo Antônio José da Franca e Horta pelo seu antecessor Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a 28 de dezembro de 1802. D.I., 44, p. 154.

gião-mor, possuía cabedal (1:600\$000). Em 1798, os dois cirurgiões possuíam 20 escravos (1:084\$400), e o médico não parecia possuir qualquer riqueza.

PROFISSIONAIS LIBERAIS

	RAMO	Nº	CABEDAL	% POPULAÇÃO ATIVA LIVRE	% CABEDAL GERAL	MÉDIA
1765	advogados	6	14:900\$000	0,94	5,59	2:483\$333
	boticários	3	4:800\$000	0,47	1,80	1:600\$000
	cirurgiões	3	1:600\$000	0,47	0,60	533\$333
	TOTAL	12	22:300\$000	1,88	7,99	1:858\$330
1798	advogados	6	1:572\$380	0,34	0,48	262\$062
	boticários	3	1:572\$380	0,17	0,48	524\$126
	cirurgiões	2	1:084\$400	0,11	0,33	542\$200
	médicos	1		0,05		
	TOTAL	12	4:229\$160	0,67	1,29	352\$430

FUNCIÓNARIOS DA ADMINISTRAÇÃO CIVIL

A relação abaixo, extraída de um relatório de Martim Lopes Lobo de Saldanha, de 6 de abril de 1779 (1), permite que se conheça a extensa relação dos cargos da administração civil existentes em São Paulo e seus respectivos vencimentos anuais:

"RELAÇÃO DOS ORDENADOS, PROPINAS, EMOLUMENTOS E RENDIMENTOS QUE PERCEBEM ANUALMENTE O GOVERNADOR E CAPITÃO-GENERAL DA CAPITANIA DE S. PAULO, SECRETÁRIO E OFICIAIS DA SECRETARIA DO GOVERNO, MINISTROS E OFICIAIS DE JUSTIÇA E FAZENDA DA DITA CAPITANIA.

O Governador e Capitão-General		
percebe:		
De soldo anual.....	4:000\$000	
Emolumentos das embarcações		
vindas ao porto de Santos, a-		
nualmente.....	120\$000	4:120\$000

O Secretário do Governo perce-		
be:		
De ordenado anual.....	400\$000	
Para aposentadoria anual.....	40\$000	
Para papel, pena, tinta, lacre		
e mais objetos de escritório.....	40\$000	
Emolumentos máximos.....	250\$000	730\$000
Não tem propinas.		

1- D.I., 43, p. 236-241.

0 Oficial-Maior da Secretaria
 percebe:
 De ordenado, pago pelo Secre-
 tário.....80\$000
 Emolumentos máximos.....30\$000 110\$000
 Não tem propinas.

0 Oficial-Menor da Secretaria
 percebe:
 De ordenado, pago pelo Secre-
 tário.....50\$000
 Não tem emolumentos, nem pro-
 pinas.

JUNTA DA REAL FAZENDA E ERÁRIO

0 Procurador da Coroa e Faze
 da vence:
 De ordenado.....250\$000
 Propinas.....12\$500 262\$500

0 Tesoureiro Geral tem:
 De ordenado.....600\$000
 Propinas.....30\$000 630\$000

0 Escrivão da Junta percebe:
 De ordenado.....1:200\$000
 Propinas.....60\$000 1:260\$000

0 Contador Geral recebe:
 De ordenado.....600\$000
 Propinas.....30\$000 630\$000

0 1º Escriurário da Junta
 tem:
 De ordenado.....200\$000
 Propinas.....10\$000 210\$000

O 2º Escriurário recebe:
De ordenado.....200\$000
Propinas.....10\$000 210\$000

O 3º Escriurário recebe:
De ordenado.....200\$000
Propinas.....10\$000 210\$000

O Porteiro e Contínuo per
cebe:
De ordenado.....100\$000
Propinas.....5\$000 105\$000

O Almojarife percebe:
De ordenado.....200\$000
Não tem emolumentos, nem
propinas.

O Escrivão do Almojarifa-
do recebe:
De ordenado.....100\$000
Não tem emolumentos, nem
propinas.

CASA DA FUNDIÇÃO

O Intendente, que é o Dr.
Ouvidor, tem:
De ordenado.....150\$000
Não tem mais nada.

O Fiscal recebe, de orde-
nado.....100\$000
Não tem mais nada.

O Tesoureiro percebe, de or
denado.....50\$000

Não tem mais nada.

O Escrivão da Receita e Des
pesa ganha.....200\$000

Nada de propinas e emolumenen
tos.

O Escrivão da Intendência e
Conferência tem.....70\$000

Nada de propinas e emolumenen
tos.

O Escrivão da Forja tem, de
ordenado.....120\$000

Nada de propinas e achegos.

O Fundidor tem sô ordenado,
e este de.....400\$000

O Ensaizador tem, de ordena-
do.....400\$000

Nada de propinas e emolumenen
tos.

O Ajudante do Fundidor e En
saiador recebe.....125\$600

Não tem mais nada.

DA REPÚBLICA DA CIDADE E COMARCA DE SÃO PAULO

O Ouvidor Geral percebe:

De ordenado.....666\$666

Emolumentos.....126\$000

Propinas.....32\$000

Comissões pelas vilas320\$000

Como executor da Fazenda Real o Ouvidor não tem ordenado, mas recebe anualmente:

De propinas.....50\$000

De emolumentos.....8\$000

Como Provedor dos Defuntos e Ausentes, o Ouvidor não tem ordenado, nem propinas, mas tem de emolumentos.....22\$000

1:234\$666

O Juiz dos Órfãos da Cidade de São Paulo não tem ordenado, nem propinas, mas sô emolumentos de.....40\$000

O Escrivão do Juízo da Fazenda Real vence anualmente:

De ordenado.....80\$000

Emolumentos.....40\$000

120\$000

Não tem propinas.

O Escrivão da Ouvidoria Geral, que serve também no Juízo dos Ausentes, não tem ordenado, nem propinas, mas recebe emolumentos no valor de.....200\$000

O Escrivão de Órfãos também sô recebe emolumentos e estes no valor de.....125\$350

O Escrivão da Câmara da
Cidade, que também ser
ve de Almotacel, recebe:

Emolumentos.....	74\$000	
Propinas para papel, tin ta, pano de bofetes, pa gas pelo Conselho.....	30\$000	
Propinas para as Festas Reais todos os anos.....	16\$000	120\$000

O 1º Tabelião da Cidade
não tem ordenado nem
propinas, mas vence em
olumentos, pagos os dona
tivos e novos direitos.....50\$000

O 2º Tabelião também
não tem ordenado, nem
propinas, mas recebe de
emolumentos, sujeitos
ao donativo e novos di
reitos.....120\$000

O Tesoureiro do cofre
desta Cidade não tem or
denado, nem propinas ,
nem emolumentos.....-

O Inquiridor, Contador
e distribuidor da Cida
de recebe de emolumen
tos.....30\$000
Não tem propinas e orde
nado.

O Meirinho Geral não tem
ordenado, nem propinas ;
mas sō emolumentos.....20\$000

O Escrivão do Meirinho
também não vence ordena-
do, nem propinas, mas sō
emolumentos no valor de.....50\$000 "

Percebe-se muito nitidamente que um setor da adminis-
tração monopolizava os "filhos das folhas": o econômico-finan-
ceiro. A própria organização do sistema colonial justificava a
concentração dos funcionários nesse setor. A fiscalização lusa
cercava cada vez mais a Colônia, especialmente no século XVIII,
quando já ocorrera a descoberta dos veios auríferos; e se fazia
sentir a necessidade de crescimento da produção de gêneros acei-
tos no mercado internacional, pois

"em duas partes se divide a boa administra-
ção da Fazenda quanto à direção de um gover-
no: a primeira consiste no aumento de rendi-
mentos e a segunda na boa arrecadação de-
les" (1).

1- Instruções que El Rei manda dar sobre a Administração e Arre-
matção da Fazenda Real da Capitania de São Paulo. D.I., 43,
p. 17.

Porisso, a Junta da Real Fazenda e Erário e a Casa de Fundição eram órgãos com muitos funcionários.

Eram também os funcionários ligados à Junta da Real Fazenda e à Casa de Fundição os que recebiam infalivelmente um ordenado, evidenciando assim um vínculo mais forte com a administração portuguesa, vínculo do qual dependiam para sua sobrevivência. Por outro lado, os que atuavam na República da Cidade e Comarca de São Paulo nem sempre recebiam ordenado, e sim propinas e emolumentos (1). Isto parece indicar que tais cargos representavam mais um símbolo de "status" social do que uma fonte de riqueza, fato que será abordado em separado.

1- De acordo com Morais, propina é "presente ou dom em dinheiro, pano ou peça que se dá a alguns oficiais, ministros e lentes por assistência ou trabalho"; e emolumento é "lucro, proveito" (SILVA, Antônio de Morais - op. cit., v. 2, p. 515 e v. 1, p. 665).

MINERADORES E OUTROS

As atividades já discriminadas foram as de maior representatividade, quer pelo número de pessoas que as exerciam, quer pelo cabedal que permitiam amealhar. Há outras, de menor expressão.

Os mineradores eram 9 em 1765 e 5 em 1798. Concentravam-se principalmente no bairro do Jaraguá e, apesar de seu número mero pequeno, amealharam razoável cabedal, conforme se vê pelo quadro abaixo:

MINERADORES					
ANO	Nº	CABEDAL	% POPULAÇÃO ATIVA LIVRE	% CABEDAL GERAL	MEDIA
1765	9	9:730\$000	1,42	3,65	1:081\$110
1798	5	1:626\$600	0,29	0,50	325\$000

Viviam ainda, em São Paulo, alguns pescadores, em pequeno número e com cabedal reduzido

Restam os militares, cujos cargos serão estudados mais adiante. Isto porque a patente militar, no caso de ser elevada, revestia-se de significado social específico. Outras vezes atingia os menos favorecidos, que não podiam escapar do alistamento obrigatório, mas cujos soldos não eram suficientes para sua manutenção. Raríssimos eram os soldados que não se dedicavam a outras atividades, e frequentes as queixas contra os atrasos e a pequenez do soldo. Por esse motivo a atividade militar não pode ser considerada como fonte de riqueza.

A CÂMARA DE VEREAÇA

Origem e formação

A Câmara municipal teve sua origem ligada às antigas municipalidades portuguesas, que até o advento das Ordenações Afonsinas (1) seguiam somente os costumes e os forais das terras ou os privilégios dos senhores (2). Essas Ordenações, que entraram em vigor em 1446, trouxeram para as municipalidades uma nova característica: a uniformidade de ação. Até então, cada Concelho seguia suas próprias regras; eram

"pequenos estados no Estado, repúblicas in dependentes sob o protetorado do rei..."

(3).

A legislação uniformizadora das municipalidades re -

-
- 1- As Ordenações, em número de três, foram codificadas do Direito português. As Afonsinas, que entraram em vigor no reinado de D. Afonso V, em 1446, foram feitas por iniciativa de D. João I e continuadas por D. Duarte. Em 1514, as Ordenações Afonsinas foram substituídas pelas Ordenações Manuelinas, que vigoraram até 1603, quando entraram em vigor as Ordenações Filipinas.
 - 2- LAXE, João Batista Cortines - Câmaras Municipais; histórico. In: Regimento das Câmaras Municipais. 3a. ed. Pref. Brasil Bandecchi. Sao Paulo, Obelisco, 1962, p. 13.
 - 3- idem, ibidem.

fletia a tendência centralizadora do Estado português e a preocupação em subordinar a autoridade do monarca a aristocracia lusitana. A submissão da aristocracia, com efeito, era uma das principais questões que a monarquia portuguesa enfrentava no início da Idade Moderna, já que aquela possuía ainda força política de grandes dimensões. Por este motivo, a Coroa procurou regularizar as atividades dos Concelhos e controlar a nobreza local através das regras legais das Ordenações, que procuravam afastá-la de tais atribuições colocando em seu lugar os "homens bons".

Os homens bons

"eram os mais ricos, os mais notáveis, os mais respeitados chefes de família, as pessoas honradas, por excelência, dentro de cada povoado" (1).

Não poderiam, porém, ser considerados "homens bons" os oficiais mecânicos, os judeus, os degredados e os peões (2).

1- SERRÃO, Joel (dir.) - Dicionário da história de Portugal. Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., v. 2, p. 446.

2- Peões eram elementos que se situavam abaixo dos cavaleiros vilões; eram pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes e artífices de indústria incipiente.

Ao colocar os "homens bons" na Câmara de Vereança, o governo português afastava a nobreza, mas as restrições impostas para que os indivíduos fossem considerados "homens bons" afastavam também qualquer tipo de participação dos menos aqinhoados pela riqueza. Se ela era composta por homens sem foro e sem privilégios pessoais, muitos eram excluídos pelas exigências que se faziam. A Câmara possuía caráter antifeudal e antiaristocrático, mas isto não implicou numa participação efetiva do povo, como pretendem alguns autores. Em Portugal, as Câmaras tinham como membros indivíduos saídos de um patriciado urbano, constituído em grande parte por burgueses ricos que haviam se transformado em proprietários. Isto, porém, não ocorreu no Brasil, especialmente nos dois primeiros séculos da colonização.

Aqui as Câmaras eram uma extensão do poder do senhor rural, dono de muitas terras, e, no caso especial de São Paulo, dono de muitos "arcos".

"A massa informe do povo não participa da Comuna, porque esse povo não existe, nem poderia existir para constituir a associa-

ção comunal" (1).

Era proibido o acesso dos comerciantes à vereança , nos séculos XVI e XVII. Tal proibição decorria da dominação e exercida pelos proprietários rurais e também da própria legislação.

A partir do século XVIII, a situação mudou, com a transferência da base econômica para a atividade mineradora e a conseqüente perda de importância dos senhores rurais. Nesse período teve início a participação dos comerciantes nos órgãos de poder local, já que ocorria uma nova ligação. O Estado português, mercê das transformações econômicas pelas quais o mundo passava, estabelecia aliança com o novo grupo ascendente que começava a ser detentor do poder econômico.

As Ordenações estabeleciam a composição das Câmaras de Vereança e delimitavam suas funções policiais, administrativas e econômicas. Comporem-se-iam de dois juizes, seus presidentes, e de vereadores, escolhidos entre os "homens bons" do local. Essa organização foi alterada pelas Ordenações Filipi-

1- DUARTE, Nestor - A ordem privada e a organização política nacional. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966, p. 73 (Brasiliana, 172).

nas, de 1603, quando passaram a ter os seguintes membros: dois juizes, três ou quatro vereadores, um procurador, dois almotaçães e um escrivão; poderia, ainda, existir um tesoureiro. Quando em função deliberativa, a Câmara era composta apenas de juizes e vereadores.

Os vereadores deveriam, obrigatoriamente, comparecer a duas sessões semanais. A eles cabiam: tomar contas aos procuradores e tesoureiros do Concelho, despachar com os juizes os feitos de injúrias verbais e pequenos furtos, administrar os bens do Concelho, jurisdicionar sobre as obras públicas, prover posturas, taxar oficiais mecânicos e jornaleiros e tudo o que se comprava e vendia (com exceção do pão, vinho e azeite), pagar ordenados aos físicos, cirurgiões e boticários, arcar com as despesas de presos e degredados.

O procurador devia requerer perante o escrivão da Câmara e fiscalizar os consertos necessários às fontes, pontes, poços, chafarizes e outras propriedades do Concelho, tratar das causas que se referissem a ele, como seu representante judicial, além de servir de tesoureiro nas Câmaras onde não havia quem servisse para tal função.

O escrivão tinha por missão cuidar da escrituração da Câmara, funcionar nas eleições de vereadores e outros oficiais e nas causas de jurisdição do Conselho de Vereadores.

Os almotacéis deveriam prover o abastecimento da terra, com víveres e mercadorias indispensáveis à subsistência e comodidade dos munícipes, fiscalizar a observância das posturas municipais, verificar pesos e medidas empregados no comércio municipal, velar pela limpeza e asseio das povoações, julgar as infrações cometidas e impor multas (1).

As atribuições da Câmara abrangiam desde simples atos administrativos à aplicação da justiça, pois além das soluções para os problemas urbanos as Câmaras deveriam denunciar crimes e contravenções, fazer policiamento rural e cuidar da higiene pública, auxiliando os alcaides no controle efetivo da comunidade. Era também de sua responsabilidade a nomeação de um bom número de funcionários administrativos: almotacéis, quadrilheiros, juizes de vintena, recebedores de siza, depositários de

1- Ordenações Filipinas, livro I, títulos 66 a 71 (que regulam a forma de organização, competência, sistema eleitoral das Câmaras).

bens públicos, capitães-mores das ordenanças. No Brasil surgiu ainda, entre outros, o capitão-do-mato, encarregado de caçar escravos fugidos.

As funções da Câmara tornaram-se ainda mais amplas

- taxaço do preço do jornal de trabalhadores livre e, no Brasil, de índios, além do preço dos artefatos dos oficiais mecânicos;
- fixação do preço da carne, sal, farinha, aguardente, pano , fio de algodão, medicamentos e até mesmo das manufaturas do Reino;
- estabelecimento do curso e do valor da moeda da terra;
- deliberação sobre entradas, descimentos, missões e sobre a paz e a guerra com os índios.

A Câmara como órgão de poder local no Brasil

O aparecimento das Câmaras, no Brasil, antecedeu o próprio povoamento. Se em Portugal a criação de vilas era atribuição real, no Brasil ela foi cedida primeiramente aos donatários e depois aos governadores gerais. Inúmeras vezes constituiu o instrumento utilizado pelo governo português para efetivar a ocupação da terra. O exemplo mais significativo deste fenômeno pode ser encontrado nas duas primeiras vilas surgidas no Brasil(1).

Ao governo português interessava a criação de povoados onde

"pudessem ter força, alcance de controle e repressão os agentes do poder central" (2),

indo em direção contrária à aspiração dos colonos, para quem o grande domínio era o eixo da sociedade. Nos primeiros tempos da colonização

"os capitães-mores reuniam a força os vadios

1- São Vicente, fundada em 1532 no litoral, e Piratininga, em 1534, no planalto. Ambas foram fundadas por Martim Afonso de Sousa, que viu em sua criação um instrumento de aglomeração da rala população esparsa pela região.

2- CINTRA, Antonio Otávio - A função política no Brasil. Revista brasileira de estudos políticos, Belo Horizonte, 18:85-104, jan. 1965.

e facionorosos e sō dessa forma se podiam edificar as cidades que o sistema social, espontaneamente, repudiava" (1).

As Câmaras representavam, antes de mais nada, a força do governo português, que de duas formas levou os colonos a aceitá-las: através da coação e/ou da outorga de autoridade, que permitiu que as Câmaras atingissem uma autonomia não desejada, mas consentida pela Coroa. Eram vistas pelo governo português como

"um instrumento vigoroso, eficaz e combativo para frear os excessos da aristocracia e para arrecadar tributos e rendas" (2).

Através da participação dos colonos na Câmara, Portugal conseguia meios para controlar possíveis conflitos, pois integrava a "aristocracia" da terra numa aliança de interesses. Tal "aristocracia" ocupava-se em garantir o domínio português através da fixação no solo com a lavoura, da dominação do gentio,

1- idem, ibidem.

2- FAORO, Raimundo - Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 2a. ed. rev. e aum.. Porto Alegre-São Paulo, Globo-EDUSP, 1975, v. 1, p. 147.

das empresas de penetração para o interior e defesa da costa contra ataques de outras nações. Por esses meios a "nobreza" do Brasil salvaguardava seus interesses econômicos e dominava os órgãos do poder local, cuja autonomia se acentuou até meados do século XVII. E Portugal, através da participação dos colonos, podia controlá-los, impedindo os arroubos e dando a eles um centro religioso e administrativo e sua própria organização judicial e policial.

A Restauração, em 1640, deu início a uma nova política da Metrópole portuguesa em relação à Colônia. A partir de então, Portugal passou a se identificar com os regimes absolutistas que se estabeleciam na Europa. Ao mesmo tempo, a economia portuguesa encontrava-se em crise, graças à queda nos preços do açúcar e do tabaco, precedida pela perda das colônias asiáticas, o que provocou uma diminuição dos lucros dos exportadores e armadores portugueses. Mesmo a exploração do ouro no Brasil não solucionou a crise portuguesa. Para resolver o problema, tentou-se desenvolver as manufaturas e procurar nas colônias o mercado consumidor para elas. Havia,

pois, necessidade de se estabelecerem novas regras, pois a situação exigia que se resolvessem os problemas do comércio português, e a autoridade, por isso, deveria se colocar nas mãos daqueles que pudessem satisfazer tais necessidades, isto é, dos que se viam diretamente ligados aos interesses comerciais. Por outro lado, nada havia a obstar a participação dos comerciantes nos órgãos de poder, já que a designação de "homens bons" podia se estender a eles, pois o grau de "honradez" variava de acordo com a importância do povoado que habitavam.

Apesar das restrições a sua autoridade e autonomia, a Câmara ainda era considerada por parte da população como um importante órgão local, especialmente por aqueles que pretendiam ascender na escala social; mas já era desprezada por aqueles que não possuíam tal pretensão, ou que dela não necessitavam por já estarem ocupando importantes cargos na sociedade da época.

A Câmara tinha sido o cenário para a atuação política dos representantes das oligarquias paulistas. Basta que se lembre a célebre disputa entre Pires e Camargos para confirmar

sua importância (1); e ainda as disputas de 1720, quando pela primeira vez comerciantes portugueses tentaram se apoderar de cargos de oficiais e foram depostos por membros das antigas famílias. Era o início da decadência e acreditava-se que valia a pena lutar por aqueles postos. Em 1736, entretanto, ocuparam as cadeiras das Câmaras os primeiros homens ligados ao comércio. A partir de então, acentuaram-se as novas linhas da orientação política de Portugal em relação aos órgãos de poder local. A Câmara, aos poucos, foi perdendo suas funções mais importantes, restringindo-se a problemas de menor importância política e administrativa, ao mesmo tempo que dela se afastavam as famílias da antiga elite paulistana. Assim é que

1- Em 1652 Alberto Pires assassinou sua mulher Leonor de Camargo e seu cunhado Antônio Pedroso de Barros, alegando tê-los flagrado em adultério. Este fato parece ter sido o estopim de uma luta sem trêgua entre as duas famílias, que durou muito tempo. Alfredo Ellis, em Capítulos da história social de São Paulo (São Paulo-Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1944 - Brasíliana, 235), acredita que o duplo homicídio tenha sido já uma decorrência da situação de divergência entre ambas as famílias, dando crédito à versão de Pedro Taques (ligado à família Pires). Já Paulo Prado (Paulística; história de São Paulo. Rio de Janeiro, Ariel, 1934) viu na disputa política uma consequência do desentendimento entre as duas famílias, em virtude do crime. Qualquer que seja a versão correta, fica claro que a obtenção de cargos na Câmara era um elemento de valorização dos grupos, pois o próprio governo português procuraria acalmar os ânimos dividindo a participação dos Pires, Camargos e elementos neutros como membros da Câmara.

no governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782) já não participavam da Câmara

"aqueles honrados e distintos paulistas, dos Pires e dos Camargos tão recomendados por Sua Majestade para ocuparem os ditos cargos"

e nela só havia

"caixeiros e tropeiros de tocarem tropas no caminho de Viamão (...) e cirurgiões filhos do Reino" (1).

A Câmara passou, pois, a ser ocupada, em sua maior parte, por portugueses de origem obscura, que procuravam São Paulo para atividades de mercancia. A tradição de autoridade que ela ainda conservava teria atraído os recém chegados, que nela viam "o mais acessível meio de mobilidade social" (2) . Já aqueles que possuíam outros meios de ascensão não procuraram pela Câmara; ao contrário, até a evitavam, conforme se

1- D.I., 43, passim.

2- KUSNESOF, Elizabeth - Social mobility and imobility in urban change; São Paulo, 1765 to 1820. San Francisco, Congress of American Historical Association, dez. 1974, mimeo.

percebe através do grande número de licenças que eram solicitadas.

O tratamento dispensado aos membros da Câmara, por sua vez, também se modificava. O desrespeito por parte dos governadores tornou-se fato rotineiro. As atas da Câmara e outros documentos, como a própria correspondência dos governadores, deixam claro que os delegados régios passaram a interferir cada vez mais em assuntos que anteriormente sô diziam respeito a ela. Isto ocorreu de maneira acentuada no governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha, que chegou a prorrogar os mandatos dos oficiais de 1777 para exercerem o mesmo cargo no ano seguinte. Tornaram-se frequentes em seu governo, ainda, a admissão e demissão de funcionários (mesmo quando tais atos eram da competência da Câmara) e a concessão de licença para que oficiais eleitos não exercessem seus cargos. Pequenas questões de etiqueta passaram a se transformar em sérios problemas para as relações entre a Câmara e o governo da Capitania (1). A leitura dos documentos que relatam tais fatos dei-

1- TAUNAY, A. de E. - História da cidade de São Paulo no século XVIII, op. cit., passim.

xa evidente o desprestígio que atingira o Senado da Câmara ,
muito embora uma parte da população da cidade ainda a visse
com respeito e, acreditando em sua importância, procurasse
nela ingressar.

Os grupos profissionais e a participação na Câmara

No período que vai de 1765 a 1800, ocuparam cargos na Câmara Municipal de São Paulo um total de 205 indivíduos, cujas profissões foram identificadas em 108 casos. Dos 108 identificados (1), 65 possuíam cabedal acima de 500\$000; vê-se, pela amostragem, que 57,00% dos oficiais da Câmara nesse período pertenciam às camadas mais ricas da população e que 43,00% destes membros não pertenciam à parcela melhor aquinhoadada. Ainda que em menor quantidade, não deixa de ser considerável o número dos que, embora não possuidores de riqueza, fizeram parte do Conselho da Câmara.

Os indivíduos que passaram pela Câmara estavam assim distribuídos por grupos profissionais e riqueza:

1- Para identificar as profissões foram utilizados os Maços de População (1765, 1767, 1768, 1772, 1798), além de informações de genealogistas.

<u>Profissão</u>	<u>CABEDAL MAIOR QUE 500\$000</u>		<u>CABEDAL MENOR QUE 500\$000</u>		<u>TOTAL</u>	
	<u>nº</u>	<u>%</u>	<u>nº</u>	<u>%</u>	<u>nº</u>	<u>%</u>
comerciantes	33	50,76	17	40,47	50	46,72
lavradores	12	18,46	13	30,95	25	23,36
funcionários	4	6,15	7	16,66	11	10,28
advogados	1	1,53	1	2,38	2	1,86
mineiros	3	4,61	-	-	3	2,80
boticários	1	1,53	-	-	1	0,93
cirurgiões	2	3,07	-	-	2	1,86
fabr. telhas	1	1,53	-	-	1	0,93
vive jorn. escr.	1	1,53	-	-	1	0,93
tabelião	-	-	1	2,38	1	0,93
pintor	-	-	1	2,38	1	0,93
sem profissão	7	10,76	2	4,76	9	8,41
TOTAL	65	99,93	42	99,98	107	99,94

No período que vai de 1765 a 1800, havia na Câmara 385 cargos, dos quais foram identificados 173 ocupantes. Destes, 107 (61,84%) eram comerciantes, 44 (25,43%) eram agricultores. Jun - tos, ocuparam 82,27% dos cargos disponíveis. Os 17,73% restantes, ou seja, 22 cargos, foram divididos entre profissionais liberais, mineiros, funcionários públicos e outros.

COMERCIANTES

Uma grande parcela de comerciantes passou pela Câmara de São Paulo. 50 comerciantes constitui um número alto, se se considerar que entre 1765 e 1800 viveram em São Paulo 203 comerciantes, com atividades nos diversos ramos. Vê-se, então, que 24,63% participaram do Senado da Câmara; ao mesmo tempo, tal porcentagem corresponde ao número de comerciantes com cabedal a cima de 500\$000. Desses 50 comerciantes com cabedal maior, 33 foram oficiais. Os cabedais estavam assim distribuídos:

<u>cabedal</u>	<u>nº de comerciantes</u>
500\$000 -	9
700\$000 -	3
800\$000 -	5
900\$000 -	1
1:000\$000 -	6
1:000\$000/2:000\$000 -	3
2:000\$000/3:000\$000 -	1
3:000\$000/4:000\$000 -	2
acima de 5:000\$000 -	3
	33

Como se vê, predominavam os cabedais mais baixos e pela relação que se segue pode-se observar que a maioria deles negociava com fazenda seca ou eram mercadores (1):

1- Negociante de fazenda seca, conforme a discriminação em 1798, corresponderia à classificação de mercador em 1765. Na relação, porém, foi mantida a terminologia que classificava o recenseado.

COMERCIANTES QUE INTEGRARAM A CÂMARA DE SÃO PAULO (1765-1798)

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>RAMO</u>	<u>CABEDAL</u>	<u>CARGOS</u>
1	Amaro Antunes	mercador	800\$000	procurador - 1772
2	Andrê Alves da Silva	mercador	800\$000	almotacel - 1772
3	Andrê Alves dos Reis	fazenda seca	1:000\$000	almotacel - 1784 vereador - 1786 vereador - 1788
4	Antônio Francisco de Sã	mercador	800\$000	vereador - 1771 juiz - 1774 juiz - 1779
5	Antônio Fernandes Nu nes	mercador	1:000\$000	procurador - 17
6	Antônio Freitas Bran co	mercador	500\$000	juiz - 1780 vereador - 1774 vereador - 1779
7	Antônio Manuel de Ca margo Pires	tropeiro	1:500\$000	almotacel - 1797 vereador - 1798 vereador - 1799
8	Antônio Martins de Almeida	mercador	4:000\$000	almotacel - 1773
9	Domingos Fernandes Lima	mercador	1:000\$000	procurador - 1769 vereador - 1772 vereador - 1779
10	Domingos Francisco de Andrade	negocian te	700\$000	juiz - 1777
11	Francisco Pereira Mendes	negocian te	20:000\$000	almotacel - 1784 vereador - 1786

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>RAMO</u>	<u>CABEDAL</u>	<u>CARGOS</u>
12	Francisco de Sales Ribeiro	negocian te	8:000\$000	almotacel - 1771
13	Jerônimo de Castro Guimarães	mercador	1:600\$000	juiz - 1776
14	João Gomes Guimaraes	fazenda seca	500\$000	almotacel - 1783 procurador - 1785 almotacel - 1788 almotacel - 1789 almotacel - 1791 almotacel - 1795 almotacel - 1798 almotacel - 1799 vereador - 1800
15	João José Moreira	fazenda seca	500\$000	almotacel - 1788
16	João José Rodrigues da Silva	fazenda seca	500\$000	almotacel - 1784 vereador - 1794
17	João Lopes França	tropeiro	1:500\$000	almotacel - 1796 vereador - 1797
18	Joaquim Barbosa de Araújo	fazenda seca	900\$000	almotacel - 1783 almotacel - 1786 almotacel - 1789 procurador - 1793
19	Joaquim Ferreira	mercador	800\$000	vereador - 1779 juiz - 1783

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>RAMO</u>	<u>CABEDAL</u>	<u>CARGOS</u>
20	Joaquim José de Almeida	tropeiro	500\$000	procurador - 1771 procurador - 1772 procurador - 1775 almotacel - 1769 almotacel - 1782 almotacel - 1785 almotacel - 1787 almotacel - 1791 almotacel - 1793 almotacel - 1797
21	Joaquim José dos Santos	negocian te de es cravos	1:000\$000	almotacel - 1770 vereador - 1775 vereador - 1777 juiz - 1788
22	José Arouche de Toledo	negocian te	1:000\$000	juiz - 1793 juiz - 1798 juiz - 1799
23	José Fernandes Nunes	vive de negócios	500\$000	almotacel - 1788 almotacel - 1791 almotacel - 1796 vereador - 1790 vereador - 1792 juiz - 1797
24	José Francisco de Sales	tropeiro	1:000\$000	almotacel - 1772 juiz - 1777 juiz - 1797
25	José Maria da Cruz Almada	tropeiro	700\$000	almotacel - 1792 vereador - 1793 vereador - 1798 vereador - 1799
26	José Mendes da Cós ta	fazenda seca	700\$000	procurador - 1776 juiz - 1783 juiz - 1784 juiz - 1791

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>RAMO</u>	<u>CABEDAL</u>	<u>CARGOS</u>
27	José Pinto Tavares	fazenda seca	500\$000	procurador - 1790
28	José Vaz de Carvalho	tropeiro	2:200\$000	almotacel - 1775 almotacel - 1786 juiz - 1798 juiz - 1799
29	Lopo dos Santos Serra	mercador	6:400\$000	juiz - 1771
30	Manuel Alves Alvim	fazenda seca	500\$000	almotacel - 1781 almotacel - 1791 procurador - 1796 procurador - 1798 vereador - 1800
31	Manuel Antônio de Araújo	negociante	3:200\$000	almotacel - 1765
32	Manuel de Faria Couto	mercador	800\$000	procurador - 1768 vereador - 1777
33	Manuel Lopes Guimarães	fazenda seca	500\$000	almotacel - 1791

Através desta relação pode-se perceber que os comerciantes que mais participavam da Câmara não eram, em geral, os mais ricos. Passam pela Câmara três das sete maiores fortunas da cidade de São Paulo: Francisco Pereira Mendes, Francisco de Sales Ribeiro e Lopo dos Santos Serra; o tempo em que permaneceram, porém, foi curto se

comparado com o espaço de tempo ocupado por outros membros, especialmente comerciantes de porte médio e tropeiros. Francisco Pereira Mendes esteve na Câmara por dois anos, Francisco de Sales Ribeiro e Lopo dos Santos Serra por um ano.

Os que por mais tempo ocuparam cargos no Senado da Câmara foram: Joaquim José de Almeida, tropeiro, que permaneceu 10 anos; o comerciante João Gomes Guimarães, que ocupou 9 cargos em diferentes anos; Manuel Alves Alvim, também comerciante, que esteve na Câmara por 5 anos; José Vaz de Carvalho, Joaquim José dos Santos, José Maria da Cruz Almada e José Mendes da Costa, que tiveram cargos num período de 4 anos.

Parece ter havido, pois, uma maior predisposição por parte dos que não possuíam uma sólida riqueza para participar do Conselho Municipal, já que estes dominaram em tempo de serviço e número os quadros da Câmara, e somente três dos possuidores das grandes fortunas nela estiveram.

Havia em São Paulo, nesse período, 7 homens com cabe

dal acima de 5:000\$000 (1). Eram portugueses, de origem obscura, que haviam enriquecido em virtude do centro de distribuição comercial em que a cidade de São Paulo se transformara com o povoamento das regiões auríferas. Como possuíam riqueza, procuraram ascender socialmente através de diferentes meios. Um deles foi o casamento com mulheres de famílias importantes na terra (2); através dessas uniões ingressaram no grupo dominante e puderam

-
- 1- KUSNESOF, E. - op. cit., passim. Eram oito as fortunas acima de 5:000\$000. Em ordem decrescente:
- 1) José Rodrigues Pereira - português, comerciante, casado com Ana de Oliveira Montes; possuidor de 28:000\$000 (participou da Câmara na primeira metade do século XVIII).
 - 2) Francisco Pereira Mendes - português, comerciante, casado com Maria Josefa Mendes de Almeida; possuidor de 20:000\$000.
 - 3) Francisco de Sales Ribeiro - português, comerciante; possuidor de 8:000\$000.
 - 4) Manuel de Oliveira Cardoso - português, comerciante, casado com Manuela Angélica de Castro; possuidor de 8:000\$000 (capitão das ordenanças).
 - 5) Luís de Campos - português, advogado, casado na família Camargo; possuidor de 7:700\$000.
 - 6) Lopo dos Santos Serra - português, comerciante, casado na família Maciel; possuidor de 6:400\$000.
 - 7) Antonio Fernandes do Vale - português, advogado e comerciante, casado com uma parente de Frei Gaspar da Madre de Deus; possuidor de 5:600\$000.
- Todos, com exceção de Luís de Campos, possuíam também uma patente militar.
- 2- Entre os mais ricos, observe-se que quatro (Francisco Pereira Mendes, Luís de Campos, Lopo dos Santos Serra e Antônio Fernandes do Vale) casaram-se com filhas de famílias importantes.

prescindir da Câmara como meio de elevação social. Por outro lado, eram negociantes de "grosso trato", ou seja, atacadistas, o que por si só já lhes permitia, dentro dos padrões da época, o ingresso na camada "aristocrática". O enriquecimento permitia, ainda, que tivessem um padrão de vida considerado nobre, isto é, que usassem da riqueza para refinar seu estilo de vida, morando em casas bem construídas e mobiliadas, vestindo-se com certa ostentação e possuindo escravos para servi-los.

A preocupação de fomento que caracterizou a Ilustração portuguesa e o governo do Marquês de Pombal

"degradou do comércio toda a idéia de abatimento e o fez compatível com a mais alta nobreza" (1).

Uma série de preceitos legais, vindos à luz no governo de D. José I, comprovariam tal afirmativa. O alvará de 5/1/1757, por exemplo, permitia que os ministros e oficiais da Justiça, Fazenda ou Guerra exercessem o comércio por meio das companhias gerais ou sociedades mercantis autorizadas pelo rei. Os estatutos da

1- OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira - Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal. Lisboa, Nova Oficina de Joao Rodrigues Neves, 1806, p. 94.

Junta do Comércio, criada em 30/9/1755, diziam que seus membros, longe de perderem a nobreza natural, de novo a recobriam com o exercício do alto comércio. A lei de 30/8/1770 declarava que o comércio era uma profissão nobre, necessária e proveitosa.

Assim, os homens de negócio que viveram em São Paulo na segunda metade do século XVIII tinham condições de pertencer à elite, sem que para tanto necessitassem dos cargos do Senado da Câmara, que já então eram desprestigiados pela Metrôpole. Por outro lado, com a aliança que estabeleciam com as famílias da terra, assimilavam suas tradições e a sua própria consciência social, passando a ser um elemento que as representava. Para manter em suas mãos a autoridade, procuravam outros órgãos do governo aos quais era dedicada maior atenção, no caso os comandos militares, que parecem ter herdado o antigo prestígio de que as Câmaras Municipais desfrutavam.

Estes comerciantes ricos, introduzidos nas famílias tradicionais, afirmavam seu direito à aristocracia ao entrarem nas organizações militares, e para exercer o poder

"podiam oferecer a burocratas e juizes oportunidades de investimentos ou fazer ofertas

generosas com pagamento rápido"

podendo igualmente

"apressar a coleta dos débitos, influenciar os contratos de monopólio, ocasionalmente e evitar o pleno pagamento dos impostos, ignorar o contrabando feito, acomodar favoravellmente disputas sobre terras, ter assegurada a proteção para suas operações comerciais e o aumento de seu prestígio social "(1).

Não havia para eles a necessidade de participar diretamente dos órgãos administrativos locais, já que podiam controlá-los de outra forma.

Os comerciantes de porte médio e pequeno, entretanto, não tinham as mesmas condições de ascensão e dominação que os grandes comerciantes encontravam. Para eles a eleição para os cargos da Câmara significava o degrau de ascensão social e a certeza de poder defender seus interesses quando ameaçados. Já

1- KENNEDY, John Norman - Bahian elites; 1750-1822. The Hispanic American historical review, Durham, 53 (3): ago. 1973.

foi visto que, entre as inúmeras atribuições da Câmara, várias afetavam diretamente o interesse dos que lidavam no comércio, como a fixação do preço de certos produtos (carne, sal, farinha, pano, fio de algodão, aguardente, medicamentos e manufaturas do Reino) e a fiscalização que se fazia em relação à qualidade dos mesmos. Estes seriam alguns dos motivos pelos quais os mercadores se interessariam em participar da municipalidade, pois através dos cargos poderiam defender os pontos que lhes afetavam pessoalmente ou como grupo profissional.

Exemplificativa desse tipo de interesse foi a atitude de Jerônimo de Castro Guimarães, que em 1774 financiou a construção das "casinhas" onde funcionou o primeiro mercado municipal de São Paulo, devendo ser reembolsado pelo próprio rendimento das mesmas (1). Jerônimo de Castro Guimarães era um abastado mercador (cabedal de 1:600\$000) que servira à Câmara por duas vezes, como almotacel, em 1756, e como juiz, em 1767.

Grande parte dos pequenos e médios comerciantes era constituída por portugueses que se dedicavam ao comércio de te

1- TAUNAY, A. de E. - História da cidade de São Paulo no século XVIII, op. cit., v. 2, parte 1, p. 133.

cidos (1) e tinham conseguido amedidar alguma riqueza. Não alcançaram ainda o suficiente para se inscrever na Junta de Comércio, onde obteriam o nome de homens de negócio, com foros de nobreza. O ser homem de negócio permitia, dentro da legislação, a eleição desses mercadores para os cargos da Câmara. No Brasil, porém, e em especial em São Paulo, tais regras nunca puderam ser cumpridas à risca; em primeiro lugar porque raros eram os representantes da legítima nobreza portuguesa; em segundo porque, no caso particular de São Paulo, os "melhores da terra" passavam muito tempo fora dela. As entradas e, depois, a mineração, levaram para fora de São Paulo muitos de seus filhos. Para preencher os cargos da Câmara apelava-se para os que ficavam, contrariando as determinações expressas da legislação portuguesa sobre o assunto, que mandavam que as eleições de almotacéis se fizessem

"em gente nobre e dos melhores da terra na forma das ordenações" (2).

Mas se de um lado sua ascensão aos cargos municipais contrariava

1- KUSNESOF, E. - op. cit., passim.

2- Lei de 5/4/1618.

a legislação, por outro nobilitava os não qualificados.

AGRICULTORES

O segundo grupo que, em número, dominou o Senado da Câmara foi o dos agricultores. 25 deles (5,63%) foram identificados entre os oficiais da Câmara entre 1765 e 1800, 12 dos quais possuidores de cabedal acima de 500\$000. Eram estes:

<u>AGRICULTORES QUE INTEGRARAM A CÂMARA DE SÃO PAULO (1767-1798)</u>			
<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>CABEDAL</u>	<u>CARGOS</u>
1	Antonio Bernardino de Sena	828\$000	almotacel - 1772
2	Bento Pais de Morais	800\$000	almotacel - 1788 vereador - 1794
3	Estêvão Franco da Rocha	600\$000	vereador - 1775 juiz - 1779 juiz - 1788
4	Francisco Antônio de Sousa	700\$000	almotacel - 1782
5	Gabriel Antunes da Fonseca	1:000\$000	vereador - 1775
6	Gabriel Fernandes Coutinho	650\$000	almotacel - 1788 almotacel - 1794
7	Inácio Correia de Morais	700\$000	vereador - 1783

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>CABEDAL</u>	<u>CARGOS</u>
8	Inácio Xavier de Almeida Lara	500\$000	vereador - 1766 almotacel - 1780
9	João Franco da Rocha	1:500\$000	almotacel - 1782 almotacel - 1785 juiz - 1775 juiz - 1788 juiz - 1796
10	José Antônio da Silva	800\$000	almotacel - 1765 juiz - 1775
11	Modesto Antônio Coelho Neto	900\$000	almotacel - 1782 procurador - 1786
12	Salvador Nardi de Vascon celos	600\$000	vereador - 1791 vereador - 1792 juiz - 1796

Já foi visto que a maior média de riqueza no período estudado cabia aos comerciantes, entre os quais estavam os indivíduos mais ricos da cidade de São Paulo. Os mais abastados lavrado-

res não passaram, igualmente, pelos cargos da Câmara (1). As maiores fortunas agrícolas não chegavam a 3:000\$000; de qualquer modo, dos 5 que possuíam mais de 1:000\$000, somente um (João Franco da Rocha) ocupou cargos no Senado Municipal.

Outro aspecto a ser notado é que somente uma pequena parte dos agricultores que viveram em São Paulo foram membros da Câmara. Dos 444 lavradores identificados, apenas 25, ou seja, 5,63% participaram do Conselho Municipal. Isto demonstra que não havia grande interesse por parte dos proprietários de terra em participar do Senado, ao contrário do que parece ter acontecido com os médios comerciantes, que formavam a maioria da Câmara (46,29%).

A agricultura, por si mesma, era uma atividade honrosa, daí não ser necessária aos agricultores a participação na Câmara

1- Os mais ricos lavradores eram:

- 1) Tomé Portes Del Rey, casado com Maria Barbosa de Lima; possuidor de 2:650\$000.
- 2) José Ribeiro Machado, casado com Francisca Xavier de Faro; possuidor de 1:600\$000.
- 3) João Franco da Rocha, do clero secular; possuidor de 1:500\$000.
- 4) Tomé Alves de Castro; possuidor de 1:200\$000.
- 5) João Esteves Correia, casado com Catarina Correia Siqueira; possuidor de 1:200\$000.
- 6) Antônio da Silva Figueiró, casado com Francisca Xavier da Silva; possuidor de 1:200\$000.

para terem direito à nobilitação, pois

"sua profissão é aquela arte preciosa que dá força e vigor aos Estados (...) arte que nos primeiros pais tiveram por sua conta e a bem da qual concederam privilégios e nobreza aos lavradores e seus filhos" (1).

A prática da agricultura em terra própria nunca tinha sido considerada uma atividade aviltante, quer pelo costume, quer pela lei. Pelo contrário, a prática agrícola nobilitava quem a exercia. Na colônia portuguesa da América isto era mais que evidente. A origem dos colonos era, em sua maioria, burguesa e plebéia, mas a posse da terra no Brasil e o trabalho agrícola os tinha identificado com a nobreza européia, embora

"em base inteiramente local (...). O prestígio, a ascendência, o poder da nobreza paulista (...) é sobre a sesmaria, sobre o domínio rural, sobre o latifúndio agrícola e pas

1- OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira - op. cit., p. 87.

toril que ele se assenta" (1).

Era aos proprietários de terra, aos herdutores, que as Ordenações destinavam os cargos da República, entre os quais os lugares no Senado da Câmara. Estes últimos, entretanto, já não lhes pertenciam. A política absolutista tinha aos poucos e subrepticiamente tirado das Câmaras muitas de suas atribuições, deixando somente aquelas de menor importância e que se referiam aos problemas menores do núcleo urbano. Isto porque se pretendia a centralização e a dominação política exclusivamente nas mãos da Coroa portuguesa. Se antes a Câmara, como órgão local, participava dos principais eventos da terra, agora seu poder se restringia aos problemas do comércio local, limpeza e abertura de ruas, e outras questões ligadas à comunidade. Ao mesmo tempo, era desrespeitada e desprezada pela Coroa e por seus representantes. Havia ainda uma hostilidade latente entre os "aristocratas" e os endinheirados e comerciantes, constituídos na maioria por portugueses que, como "novos ricos", deveriam ser alvo do desprezo dos antigos proprietários.

1- VIANA, F. J. Oliveira - Populações meridionais do Brasil. 5a. ed.. Rio de Janeiro, José Olympio, s.d., v. I, passim.

A política de fomento desenvolvida após a vinda do Morgado de Mateus não era orientada pelo órgão administrativo local, mas pelo governo português. A intensificação da agricultura de exportação, que provocou a recuperação econômica de São Paulo, interessava a essa camada da população. É verdade que interessava principalmente aos comerciantes, exportadores que enviavam o açúcar para o Reino, aos mercados que seriam beneficiados com o enriquecimento da população e o aumento do consumo das manufaturas que vendiam. A nova situação econômica beneficiaria também os proprietários de terra, que passariam a desenvolver a cultura da cana, cujo sucesso iria provocar o retorno da fortuna para os agricultores, já no século XIX.

PROFISSIONAIS LIBERAIS

Viveram em São Paulo, entre 1765 e 1800, 24 profissionais liberais, assim distribuídos:

- 12 advogados, dos quais 5 com cabedal acima de 500\$000
- 6 boticários, dos quais 5 com cabedal acima de 500\$000
- 5 cirurgiões, dos quais 2 com cabedal acima de 500\$000
- 1 médico, sem cabedal

Cinco deles (20,83%) participaram de cargos no Senado da Câmara:

- 2 advogados: um de cabedal elevado, José Arouche de Toledo Rendon (1), e outro de pequeno cabedal, João Moreira da Rocha. Arouche foi juiz ordinário em 1793, 1798, 1799 e seu colega foi almotacel em 1773 e 1777 e juiz ordinário em 1792.
- 1 boticário: José Antônio de Lacerda, dono do cabedal de 1:200\$000, que foi almotacel em 1765, vereador em 1768 e juiz em 1774 (2).
- 2 cirurgiões: Jerônimo Rodrigues, com 1:600\$000 de cabedal, que foi juiz em 1770 e 1771, e João Correia da Silva, almotacel em 1765 e 1770 e vereador em 1774.

Foi pequena a incidência dos profissionais liberais na Câmara, mesmo porque ocuparam cargos por pouco tempo. Parece

1- Rendon era doutor em leis, fez carreira no corpo das milícias e devia ter atividade em algum ramo do comércio, pois em 1798 declarou viver "dos seus negócios", sem especificar quais eram.

2- Outro boticário, Francisco Coelho Aires, não aceitou o cargo de vereador em 1771.

ter havido, portanto, um desinteresse por parte desse grupo profissional.

Tal desinteresse pode ser explicado por duas razões . Em primeiro lugar o grupo, especialmente os advogados e boticários, representava a elite intelectual da cidade, juntamente com alguns funcionários da Coroa. Para eles, assim, estariam facilitadas as relações com as famílias mais importantes da terra e alguns deles nelas se integrariam através do casamento. Nesse caso estavam, por exemplo, o Dr. Luís de Campos, casado com uma Camargo, e o Dr. Antônio Fernandes do Vale, casado com uma parente de Frei Gaspar da Madre de Deus. Em segundo lugar havia funções que são poderiam ser exercidas por formados em leis, e a grande maioria dos advogados de São Paulo delas participariam , conforme se verá em seguida.

MINERADORES

Os pequenos veios encontrados em São Paulo seriam explorados por algumas pessoas, e algumas conseguiram enriquecer. Três dos mineiros alcançaram cabedal acima de 500\$000 e participi

param da Câmara:

- Antônio Vaz Pinto, que em 1768 possuía um cabedal de 5:000\$000 e 30 escravos em 1798, foi juiz da Câmara em 1782 e 1800.
- Francisco Monteiro de Gouveia, senhor de 42 escravos em 1798, foi juiz em 1781.
- Manuel Soares de Carvalho, dono de cabedal de 1:200\$000, foi almotacel da Câmara.

Destes, os dois primeiros foram relacionados nos censos de 1765 e 1798. No primeiro, eram identificados apenas como exploradores de ouro, e já em 1798 aparecem também como proprietários de terra. Deve-se notar que exerceram funções públicas quando já deveriam ter acumulado riqueza maior e procurado maior prestígio, pois embora vivessem em São Paulo e tivessem igual atividade, foi no final do século que participaram da Câmara.

ARTESÃOS E OUTROS

Foram encontrados ainda, entre os oficiais da Câmara, um fabricante de telhas, um artista, um que vivia do jor-

nal de seus escravos e oito pessoas que declararam viver sem nenhuma atividade na época em que foram recenseados (declararam viver sem negócios, ou da cobrança de negócios que possuíram em outros tempos).

O fabricante de telhas possuía 17 escravos, o que parece indicar que não as fizesse com as próprias mãos, daí poder se ter como natural sua presença no Senado. Mas não deixa de surpreender o nome de Francisco Duarte do Rego, pintor, dono do cabedal de 300\$000, como almotacel em 1778.

A legislação do Reino era clara ao proibir a participação dos trabalhadores manuais nos órgãos públicos, pois aqueles derogavam a nobreza. Há porém que considerar que, à falta de homens qualificados em São Paulo, desde o século anterior, assistia-se à participação dos artífices na Câmara. Em 1639, Manuel Alves abandonava, com certeza apenas simbolicamente, sua profissão de seleiro "para subir à posição de homem nobre e servir os cargos da República" (1). Nesse período, a população vã-

1- HOLANDA, Sérgio Buarque de - Raízes do Brasil. Pref. Antonio Candido. 9a. ed.. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1976, p. 27 (Documentos Brasileiros, 1).

lida devia se encontrar empenhada nas expedições para o sertão, o que já não acontecia nos fins do século XVIII. Não se deve esquecer que o artista em questão era pintor, pois

"têm pretendido alguns autores meter os livreiros, os pintores e os ourives na classe dos ofícios indiferentes" (1),

isto é, entre os ofícios que, se não enobrecem, também não derogam a nobreza, embora o

"Regimento do Mordomo-mor expressamente os compreenda no número dos mecânicos" (2).

As possíveis brechas no rigor da legislação parecem ter sido aproveitadas por aqueles que, embora praticassem ofícios não enobrecedores, tinham pretensões de se elevar na escala social. É o que parece ter acontecido com esse pintor. Já que havia dúvidas quanto à vileza ou não de sua profissão, ele ocupou um cargo que só poderia ter sido preenchido por algum dentre os "melhores da terra". Este fato é significativo: como

1- OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira - op. cit., p. 205.

2- idem, ibidem.

pintor, ele pode assumir o cargo de almotacel devido à dúvida que pairava sobre a categoria de sua profissão, ou porque a Câmara já não exigia a nobreza de seus participantes e nem era mais vista como um órgão onde se reuniam os homens de maior prestígio da terra.

IV

OS AGENTES DA AUTORIDADE

A ADMINISTRAÇÃO CIVIL

A administração pombalina caracterizou-se pela rígida fiscalização e pela concentração cada vez maior das principais atividades burocráticas nas mãos de funcionários diretamente nomeados pela Coroa. Isto fez dos funcionários reais, mesmo daqueles que ocupavam cargos de pequena relevância, um símbolo do poder metropolitano e, ao mesmo tempo, um instrumento de poder dos próprios colonos, quando os ocupavam.

A nova diretriz administrativa, embora diminuísse o poder dos órgãos locais, abria novos campos de trabalho quando remunerados, especialmente para os filhos da antiga elite da terra, que empobrecidos só tinham antes como opção o ócio ou a degradação de sua condição social. Quando se tratava de cargos não remunerados, como por exemplo o de juiz de órfãos, traziam vantagens de prestígio, influência e poder, além de seu caráter honorífico. Participar dos cargos públicos significava, antes de mais nada, a manutenção daquela condição, pois

"todos adquirem nobreza pelos ofícios que sua Majestade lhes confere" (1).

1- OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira - op. cit., p. 65.

De maneira geral, a procura e a ocupação dos cargos públicos não se ligava especificamente aos rendimentos, emolumentos e propinas que deles proviessem, pois eram muitas vezes escassos e dificilmente enriqueceriam quem os ocupasse.

A relação dos ordenados dos funcionários (1) permite que se observe que eram de pequena monta, embora o acesso a cargos públicos devesse facilitar os contactos e permitir novos tipos de renda. Mas numa cidade como São Paulo, eles podiam também significar o único tipo de atividade a ser exercida por determinados grupos sociais. Isto deve ter ocorrido, por exemplo, com Pedro Taques de Almeida Pais Leme: membro de família das mais tradicionais, este historiador se declarava em 1765 possuidor de 3:200\$000 e já na lista de 1767 figurava como dono de cabedal de 600\$000. Nesse período de dois anos, mercê de negócios desavisados, perdeu sua fortuna e com o que prover sua família, mas continuava pela tradição ligado à antiga elite. Já não podia dar ao filho o patrimônio para se tornar clérigo, o que o levou a escrever, em 1769, ao Morgado de Mateus:

"Mais tarde ou mais cedo há o Sr. Luís ter
sucessor neste governo de São Paulo. Espero

1- Ver p. 65 e segs..

que V. Excia. ao que vier e também ao general que vier para Goiases recomende com empenho eficaz a meu filho, Balduino Abagaro Taques de Moraes Antas, para ser acomodado em escrivão da Real Fundição da Vila Nova de Goiases, porque acabando agora a Filosofia carece passar às Minas para com decência ganhar com que fazer um patrimônio para se tornar clérigo..." (1).

No período estudado foram localizados 14 funcionários da administração civil e 12 especificaram as atividades exercidas. De uma forma ou de outra, estes 12 homens já pertenciam à elite paulistana, pois estavam ligados por laços de parentesco às maiores fortunas, ou eram eles mesmos homens ricos. Participaram, em sua grande parte, do Senado da Câmara, além de possuírem patente militar. Havia, ainda, entre eles vários advogados, pois os cargos exigiam, algumas vezes, cultura acadêmica.

Eram eles:

1- VIANNA, HÉLIO - São Paulo no arquivo de Mateus. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1969, p. 64-65.

- 1) Diogo Pinto do Rego, escrivão proprietário da Ouvidoria da Comarca de São Paulo, que pertencia a uma família de tradição m-litar. Filho do sargento-mor André Cursino de Matos, ele mesmo era mestre de campo dos Auxiliares de São Paulo.
- 2) Francisco Xavier dos Santos, filho do mercador e sargento-mor Lopo dos Santos Serra, uma das grandes fortunas em 1765. Azevedo Marques em seus Apontamentos (1) diz ter sido Francisco Xavier dos Santos um grande proprietário. Foi tesoureiro da Junta da Real Fazenda, juiz ordinário e coronel das Milícias.
- 3) Francisco José de Sampaio Peixoto, advogado, filho de advogado.
- 4) Luís de Campos, advogado endinheirado, possuidor de 7:700\$000. Era português casado com mulher rica, como diz Taunay (2). Foi fiscal de capitação dos quintos reais e fiscal da Intendência.
- 5) Jerônimo de Castro Guimarães, mercador com cabedal de

1- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo - Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo. São Paulo, Martins, 1954, 2 v., passim (Biblioteca Histórica Paulista, 1).

2- TAUNAY, A. E. - História da cidade de São Paulo no século XVIII, op. cit., v. 2, parte 2, p. 105.

- 1:600\$000. Participou da Câmara e foi provedor da Misericórdia. Foi juiz de órfãos.
- 6) Jerônimo Rodrigues, cirurgião-mor português, com avultado cabedal. Era sogro de José Arouche de Toledo Rendon. Foi juiz ordinário e provedor da Misericórdia. Exerceu o cargo de juiz de órfãos.
- 7) João da Costa Silva, capitão de milícias e membro da Câmara Municipal.
- 8) João Moreira da Rocha, advogado. Foi juiz de medição e juiz de órfãos.
- 9) João Soares de Figueiredo, escrivão de órfãos.
- 10) Joaquim José de Oliveira, procurador do tesoureiro-mor da Bula, comerciante de açúcar.
- 11) Joaquim Rodrigues, escrivão do juízo ordinário, alferes de milícia.
- 12) José Arouche de Toledo Rendon, o mais conhecido de todos. Doutor em leis, exerceu funções na Câmara Municipal, fez carreira no corpo de Milícias. Foi juiz ordinário por três anos.

- 13) Francisco José de Sampaio Peixoto, filho do Dr. João de Sampaio Peixoto. Ambos eram advogados e foram juizes de órfãos.
- 14) Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, advogado, juiz de medições.

Conforme se pode observar, o exercício dos cargos públicos, de maneira geral, não significava a opção por uma profissão exclusiva, pois da lista acima apenas três indivíduos eram unicamente funcionários: João da Costa Silva, João Soares de Figueiredo e Joaquim Rodrigues, embora pertencessem a outras instituições, como o Corpo de Milícias e a Câmara Municipal.

Como grupo profissional predominavam os advogados. Isto é compreensível, já que eles formavam a elite cultural da terra e alguns cargos só podiam ser ocupados por letrados.

A participação nos cargos da administração civil colocava nas mãos de uma parte da população colonial algum poder, pois a situação de Colônia, mais a distância e os hábitos de independência paulista tornavam difíceis a execução estrita dos decretos reais, e

"assim a cooperação e assistência dos buro-

cratas e de outras elites coloniais eram ne-
cessárias se se desejava cumprir as instru-
ções reais, e aí jazia o poder da elite lo-
cal" (1).

1- KENNEDY, J. N. - op. cit..

AS COMPANHIAS MILITARES

A administração portuguesa em São Paulo, especialmente a partir de 1765, demonstrou grande preocupação na organização dos efetivos militares. Já se viu que uma das primeiras preocupações do Morgado de Mateus foi a organização das tropas na Capitania, isto é, do Corpo de Auxiliares e das Companhias de Ordenanças. Essa preocupação era decorrente dos conflitos no sul, provocados pela ameaça castelhana.

As Companhias de Auxiliares deveriam ser compostas pelos mais capazes e, visto não comportarem soldo, por aqueles que pudessem se manter sem tal pagamento, e que tivessem o suficiente para se fardar e armar às próprias custas, sendo que os que servissem na cavalaria deveriam possuir, além dos animais de montaria, um escravo que deles cuidasse. A esses militares caberiam concessões, regalias e os mesmos privilégios de que gozavam as tropas pagas (1).

Já nas Companhias de Ordenanças, cujos membros também

1- LEONZO, Nancy - As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo; das origens ao governo do Morgado de Mateus. São Paulo, Museu Paulista, 1977, p. 189 (Coleção Museu Paulista, série História, 6).

não recebiam soldo, estava inscrita toda a população masculina válida. Desde logo, porém, estabeleceram-se diferenças entre estas duas organizações, pois

"com a constituição das tropas auxiliares permaneceram alistadas nas Companhias de Ordenanças de preferência as pessoas pobres ou que viviam de rendas geradas por suas próprias ocupações" (1).

As Ordenanças tinham como principal objetivo manter a segurança interna da Capitania, e dificilmente tomariam parte em combates fora dela. Assim, quem servia nas Companhias de Ordenanças tinha maiores possibilidades de permanecer em São Paulo.

Além dessas companhias não remuneradas, havia mais duas tropas pagas: a Tropa Regular e a Legião de São Paulo, criada em 1777. Os que aí serviam reclamavam frequentemente do soldo, que vivia atrasado e era muito pequeno. Muitas vezes exerciam outra atividade, além da militar, para prover sua subsistência, e muitos deles estavam entre os que nada possuíam.

1- idem, p. 196.

Tal não ocorria, é claro, com os oficiais cujos cargos eram disputados, pois pertencer à tropa paga era motivo para a consecução de privilégios bastante desejados por aqueles que pretendiam se nobilitar e tinham com o que se manter independentemente do soldo. O mesmo ocorria, talvez em maior grau, nas mencionadas tropas de segunda linha.

Foi possível localizar 78 militares entre os possuidores de capital acima de 500\$000, sendo que 42,30% deles ocupavam o cargo de capitão. A preferência por tal posto explica-se porque

"a nobreza não se ganha por via das armas, sem se obter algum posto de milícia; o de capitão é suficiente para nobilitar" (1).

Estes 78 militares estavam distribuídos profissionalmente da seguinte maneira:

1- OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira - op. cit., p. 44.

BIBLIOGRAFIA

<u>PROFISSÃO</u>	<u>Nº</u>	<u>%</u>
Comerciantes	37	47,43
Agricultores	17	21,79
Funcionários	6	7,69
Militares profissionais	8	10,25
Mineiros	3	3,84
Jornal de escravos	3	3,84
Não identificada	4	5,12
TOTAL	78	99,96

Os comerciantes, conforme se vê pelo quadro acima, predominavam entre os militares, dos quais 33 (43,58%) tinham a patente de capitão.

Os comerciantes que participavam das organizações militares eram:

COMERCIANTES QUE INTEGRARAM AS COMPANHIAS MILITARES (1765-1798)

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>PATENTE</u>	<u>RAMO</u>	<u>CABEDAL</u>
1	Antônio Alves dos Reis	capitão	fazenda seca	1:100\$000
2	Antônio Francisco de Sã	capitão	negocian te	2:000\$000
3	Antônio Fernandes do Va le	capitão	negocian te	5:600\$000
4	Antônio Manuel de Camar go Pires	capitão	tropeiro	1:700\$000
5	Bernardo Jacinto	tenente coronel	tropeiro	1:000\$000
6	Bernardo José de Sousa	capitão	fazenda seca	500\$000
7	Domingos Fernandes de Lima	capitão	fazenda seca	1:000\$000
8	Francisco Alves	capitão	fazenda seca	1:000\$000
9	Francisco José Machado de Vasconcelos	tenente	fazenda seca	
10	Francisco Pereira de A raújo	capitão	fazenda seca	1:000\$000
11	Francisco Pinto Ferraz	coronel	negoci- ante	1:000\$000
12	Jacinto José de Abreu	capitão	negoci- ante	2:400\$000

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>PATENTE</u>	<u>RAMO</u>	<u>CABEDAL</u>
13	João Gomes Guimarães	capitão	fazenda seca	500\$000
14	João José Moreira	capitão	fazenda seca	500\$000
15	João José Rodrigues	capitão	fazenda seca	1:500\$000
16	João Lopes França	capitão	tropeiro	1:500\$000
17	Joaquim Barbosa de A raújo	capitão	fazenda seca	900\$000
18	Joaquim José de Al - meida	capitão	tropeiro	500\$000
19	Joaquim José dos San tos	coronel	negocian te de es cravos	1:000\$000
20	José Arouche de Tole do Rendon	coronel	negocian te	1:000\$000
21	José Andrade Vascon celos	capitão	tropeiro	900\$000
22	José Fernandes Nunes	tenente coronel	negocian te	500\$000
23	José Francisco Sales	capitão mor	tropeiro	1:000\$000
24	José Maria da Cruz Almada	capitão	tropeiro	700\$000

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>PATENTE</u>	<u>RAMO</u>	<u>CABEDAL</u>
25	José Mendes da Costa	coronel	fazenda seca	700\$000
26	José Manuel de Sá	coronel	negocian te	1:000\$000
27	José Pinto Tavares	capitão	fazenda seca	500\$000
28	José Vaz de Carvalho	coronel	tropeiro	2:200\$000
29	José Vieira do Vale	capitão	fazenda seca	900\$000
30	Lopo dos Santos Serra	sargento_ mor	mercador	6:400\$000
31	Manuel Alves Alvim	guarda-mor	fazenda seca	
32	Manuel Arzão de Andra de	capitão	negocian te de es cravos	1:000\$000
33	Manuel José Gomes	sargento_ mor	negocian te	1:400\$000
34	Manuel Lopes Guima - rães	sargento_ mor	fazenda seca	500\$000
35	Manuel de Oliveira Cardoso	capitão_ mor	negocian te	8:000\$000
36	Salvador Marques Bran dão	capitão	negocian te	2:400\$000
37	Salvador Nardi Vascon celos	capitão	negocian te	1:000\$000

Conforme se pode observar pela lista, 20 (50,67%) dos comerciantes inscritos nas armas possuíam cabedal acima de 1:000\$000 e todos possuíam patente de capitão para cima, com uma única exceção (Francisco José Machado Vasconcelos, tenente). É significativo o fato de que não havia nenhum soldado sem patente entre os comerciantes abonados com cabedal acima de 500\$000. A maior parte desses comerciantes participaram do Senado da Câmara - ao todo 20 deles foram oficiais da Câmara - entre os quais predominavam os de cabedal menos elevado.

Isto parece indicar que as companhias militares eram as instituições escolhidas por aqueles que possuíam uma posição econômica privilegiada, e que através dela assumiam cargos que permitiam assegurar um lugar de importância na sociedade; daí também adviria o fato de a esmagadora maioria destes homens enriquecidos possuírem a patente de capitão, que como já foi visto nobilitava.

Também entre os lavradores identificados como componentes das companhias militares predominavam os capitães, mas já aparecem com mais frequência outras patentes de menor importância. Eram lavradores:

LAVRADORES QUE INTEGRARAM AS COMPANHIAS MILITARES (1765-1798)

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>PATENTE</u>	<u>CABEDAL</u>
1	Antônio Bernardino de Sena	soldado	828\$000
2	Antônio Joaquim de Ataíde	capitão	1:000\$000
3	Antônio de Moraes Bueno	capitão	500\$000
4	Bento Pais de Moraes	alferes	800\$000
5	Bernardo José de Almeida	tenente	500\$000
6	Estêvão Angelo	soldado	500\$000
7	Estêvão Francisco da Rocha	capitão	600\$000
8	Felisberto Pedroso	soldado	700\$000
9	Francisco Xavier Bueno	soldado	600\$000
10	Francisco Xavier de Moraes	alferes	600\$000
11	Gabriel Fernandes Coutinho	capitão	650\$000
12	Inácio da Costa Cintra	soldado	600\$000
13	José Antônio da Silva	soldado	800\$000
14	Manuel da Fonseca Costa	alferes	500\$000
15	Manuel Rodrigues da Cruz	soldado	1:000\$000
16	Manuel de Sousa	soldado	500\$000
17	Modesto Antônio Coelho Melo	coronel	900\$000

Comparando a relação dos lavradores inscritos nas organizações militares com os comerciantes, percebe-se que estes últimos tinham, como grupo, sobrepujado os primeiros. Foram identificados 17 lavradores. Entre eles havia apenas um coronel (5,88%) e 4 capitães (29,41%). Apenas 35,29% ocupavam postos que garantiam a nobilitação ou a ela levavam; por outro lado, havia 7 soldados (41,17%), e entre eles se encontravam alguns de cabedal relativamente alto. Isto parece demonstrar que também nas organizações militares os lugares de comando haviam sido conquistados pelos comerciantes, em detrimento dos antigos proprietários rurais, e que esses postos tinham um significado social considerável.

O prestígio de elementos da velha elite, entretanto, aliado à posse de cabedal e ao prestígio individual, ainda podiam ser importantes. Exemplo disto é o que ocorreu com o cronista Pedro Taques. Pertencia ele a importante família paulista e em 1765, na lista de população, apresentou o cabedal de 3:200\$000, declarando-se sargento-mor; já em 1767, quando havia caído em desgraça, não foi registrado como sargento-mor, e seu cabedal havia diminuído sensivelmente (para 600\$000). Parece, porém, que

a destituição do posto deveu-se mais à pecha de desonesto que recaiu sobre ele, do que à perda da riqueza.

Há ainda que considerar a existência de 6 militares de carreira entre os relacionados nos levantamentos de população. Estes 6 indivíduos declaravam viver do soldo, embora alguns demonstrassem ser possuidores de riqueza. Eram eles:

<u>MILITARES DE CARREIRA (1765-1798)</u>			
<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>PATENTE</u>	<u>CABEDAL</u>
1	Anastácio de Freitas Trancoso	coronel	1:650\$000
2	Joaquim José Pinto de Morais Leme	capitão	1:000\$000
3	Manuel Caetano de Zuniga	sargento-mor	
4	Pedro da Silva Gomes	capitão	500\$000
5	Prudente da Costa	sargento-mor	500\$000
6	Salvador de Abreu Rangel	tenente	500\$000
7	Tomé de Almeida	sargento-mor	1:000\$000

Só foi possível esclarecer as atividades subsidiárias de alguns destes militares. Joaquim José Pinto de Morais Leme dedicou-se à carreira militar começando por organizar e fardar às suas custas uma companhia de cavalaria de voluntários reais,

que marchou contra os castelhanos em janeiro de 1776. Era filho de Francisco Pinto do Rego, que também ocupou postos importantes nas organizações militares, e cunhado de Anastácio de Freitas Trancoso, que também seguiu carreira militar. Fica, porém, em relação aos militares de carreira uma dúvida. O exemplo de Joaquim José Pinto de Moraes Leme é significativo. Eles armavam as companhias que lideravam. Mas de onde provinham os recursos?

Pesquisas realizadas nos maços de população e outros documentos não revelaram a posse de propriedades agrícolas, negócios comerciais, arrematação de contratos lucrativos, enfim nada que indicasse a origem da fortuna (1).

Havia "dinastias" militares ligadas às famílias antigas da terra, que continuavam ocupando alguns postos. Os novos cargos surgidos foram sendo ocupados, entretanto, por uma nova elite, aquela que se enriquecia e colocava à margem da autoridade o antigo grupo dominante.

1- Nos Mapas de Milícias, de 1820, Joaquim José Pinto de Moraes Leme aparece como proprietário de fazenda de criar animais cavalares e vacuns na vila de Castro. Isto sugere que ele poderia ter enriquecido em suas incursões pelo sul.

V

CONCLUSÃO

AUTORIDADE E RIQUEZA

O período estudado neste trabalho foi um período de transição, que introduziu mudanças na vida econômica e social de São Paulo.

A economia internacional, que aplicava novo ânimo nas atividades comerciais, fortaleceu os grupos que delas dependiam e que passaram a ter uma atuação direta nos órgãos de autoridade de São Paulo. Nesse período, ocorreu a transferência do domínio, até então nas mãos dos proprietários de terra, para os comerciantes. Tal fato pode ser comprovado pela quantidade de membros dos dois grupos, que atuaram na Câmara Municipal, nos órgãos da administração civil e nos quadros militares. Lembre-se que era na Câmara que predominavam numericamente os médios e pequenos comerciantes, evidenciando seu papel de instituição garantidora de "status" para os grupos em processo de ascensão social.

Pode-se observar também que a participação em tais instituições era regulada pelo prestígio pessoal de cada um ,

aliado, e mesmo frequentemente derivado da riqueza. Em pleno vigor do absolutismo, os órgãos dependentes da Coroa e diretamente ligados a ela, como as Companhias militares e a administração civil, abrigavam os mais ricos; e a Câmara, que pouco a pouco perdia seu poder de decisão, recebia principalmente aqueles que não possuíam riqueza elevada.

E se na Europa, e especialmente em Portugal, ocorria a formação de uma mentalidade burguesa, como quer Magalhães Godinho, isto não ocorria em São Paulo. Aqui os comerciantes, isto é, a nova elite, aliava-se à antiga, principalmente através dos laços de casamento, e assimilava sua consciência social. Assim é que as fortunas amealhadas no tráfico comercial foram a base sobre a qual se erigiram os engenhos de açúcar e os cafezais que fizeram, mais tarde, a pujança de São Paulo.

A economia manteve seu caráter agro-exportador com base na grande propriedade e no trabalho escravo. Isto implicou na predominância dos interesses agrários e no domínio político de seus representantes. Este aspecto colocava em se -

gundo plano os comerciantes, "sócios" dos agricultores na economia exportadora, daí a tentativa de ligação que se estabeleceu entre ambos os grupos. É por isso que a autoridade se concentrou, mais uma vez, nas mãos dos grandes proprietários, vértice da sociedade brasileira no século XIX.

FONTES MANUSCRITAS

Maços de População: 1765
1767
1768
1772
1775
1798

(Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo)

FONTES IMPRESSAS

- ABREU, Manuel Cardoso de - Divertimento admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 6: 253-290, 1900-1901.
- Atas da Câmara Municipal de São Paulo, v. 13 a 21 (1750-1819).
(Departamento Municipal de Cultura)
- Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, São Paulo.
(Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo)
- Registro geral da Câmara Municipal de São Paulo, v. 9 a 12 (1748-1803).
(Departamento Municipal de Cultura)
- CLETO, Marcelino Pereira - Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 21, 1900.

- MAWE, John - Viagem ao interior do Brasil, principalmente ao distrito do ouro e dos diamantes. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
- VIANA, Hêlio - São Paulo no arquivo de Mateus. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional - Divisão de Publicação, 1969.

LIVROS E ARTIGOS EM PERIÓDICOS

- ALMEIDA, Elizabeth Darviche Rabelo de - As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII. São Paulo, 1972, mimeo. (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- ALMEIDA, João Mendes de - Monografia do Município da cidade de São Paulo; estudo administrativo. São Paulo, J. Seckler, 1882.
- AUSTREGESILLO, Myriam Ellis - Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil colonial. Revista de história, São Paulo, 4: 495-515, 1950.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli - O governo do Morgado de Mateus; primórdios da restauração da Capitania de São Paulo (1765-1775). São Paulo, 1976, mimeo. (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- BRUNO, Ernani da Silva - Viagem ao país dos paulistas; ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e sociedade nos tempos coloniais. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1966.

- BRUNO, Ernani da Silva - História e tradições da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1953, 3 v. (Documentos Brasileiros, 80).
- BRAUDEL, F. - História e ciências sociais; a longa duração. Revista de história, São Paulo, 62: 261-294, 1965.
- CANABRAVA, Alice P. - Uma economia de decadência; os níveis da riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, 26 (4) : 95-123, 1972.
- CANABRAVA, Alice P. - Decadência e riqueza. Revista de história, São Paulo, 50 (100): 335-366, 1974.
- CANABRAVA, Alice P. - Esboço da história econômica de São Paulo. In: BRUNO, Ernani da Silva (org.) - São Paulo, terra e povo. Porto Alegre, Globo, 1967, p. 19-41.
- CINTRA, Antonio Otávio - A função política no Brasil colonial. Revista brasileira de estudos políticos, Belo Horizonte, 18: 81-104, 1965.
- ELLIS, Alfredo (Jr.) & ELLIS, Myriam - A economia paulista no século XVIII; o ciclo do luar, o ciclo do açúcar. São Paulo, 1950 (Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 115).
- ELLIS, Alfredo (Jr.) - Capítulos da história social de São Paulo. São Paulo, Editora Nacional, 1944.
- ELLIS, Alfredo (Jr.) - Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano. São Paulo, Editora Nacional, 1936 (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5a., Brasileira, 59).

- ELLIS, Alfredo (Jr.) - O ciclo do luar. Revista de história, São Paulo, 1: 73-82, 1950.
- FAORO, Raimundo - Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre-São Paulo, Globo-EDUSP, 1975, 2 v..
- FLEISS, Max - História administrativa do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1922.
- FERREIRA, Waldemar - O Direito público colonial do Estado do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Nacional de Direito, 1960.
- FINA, Wilson Maia - O Paço Municipal de São Paulo; sua história nos quatro séculos de sua vida. São Paulo, Anhembi, 1962.
- GODINHO, Vitorino Magalhães - Estrutura da antiga sociedade portuguesa. 2a. ed.. Lisboa, Arcadia, 1975 (Col. Temas Portugueses).
- GOULART, José Alípio - Tropas e tropeiros na formação do Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1961.
- HERMANN, Lucila - Evolução da estrutura social de Guaratinguetã num período de 300 anos. Revista de administração, São Paulo, 5-6, 1948.
- HIRANO, Sedi - Castas, estamentos e classes sociais em Marx e Weber. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974 (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, série 1a., Sociologia, 1).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de - Raízes do Brasil. 9a. ed.. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1976 (Documentos Brasileiros, 1).

- HOLANDA, Sérgio Buarque de - Movimentos de população em São Paulo no século XVIII. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1: 55-111, 1966.
- KENNEDY, John Norman - Bahian elites; 1750-1822. The Hispanic american historical review, Durham, 53 (3), 1973.
- KUZNESOF, Elizabeth - Mobilidade e imobilidade social na transformação urbana; São Paulo, 1765-1820. Trab. apresentado ao Congresso da American Historical Association, San Francisco, dez. 1974, mimeo..
- LAXE, João Batista Cortines - Câmaras Municipais; histórico. In: Regimento das Câmaras Municipais. 3a. ed..Pref. Brasil Bandecchi. São Paulo, Obelisco, 1962.
- LEONZO, Nancy - As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo; das origens ao governo do Morgado de Mateus . São Paulo, Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1977 (Coleção Museu Paulista, série História, 6).
- MACHADO, Alcântara - Vida e morte do bandeirante. São Paulo, Martins, 1965.
- MARCILIO, Maria Luiza - A cidade de São Paulo; povoamento e população, 1750-1850. São Paulo, Pioneira - EDUSP, 1974.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo - Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo; seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Paulo até o ano de 1876. São Paulo, Martins, 1954, 2 v. (Biblioteca Histórica Paulista, 1).

- MARTINS, Antonio Egidio - São Paulo antigo (1554-1910). Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte, Francisco Alves, 1911-1912, 2 v..
- MESGRAVIS, Laima - A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1599-1884; contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. São Paulo, 1972, mimeo. (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- MORSE, Richard M. - De comunidade a metrópole; biografia de São Paulo. Trad. de Maria Aparecida Kerbeg . São Paulo , Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo - Serviço de Comemorações Culturais, 1954.
- MOURA, Américo Brasiliense Antunes de - Governo do Morgado de Mateus no Vice-Reinado do Conde da Cunha; São Paulo restaurado. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, 52 : 5-115, 1938.
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de - Quadro histórico da Província de São Paulo até 1822. São Paulo, C. Gerke, 1897.
- OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira - Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal. Lisboa, Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.
- PETRONE, Maria Teresa Schorer - A lavoura canavieira em São Paulo; expansão e declínio (1765-1851). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- PETRONE, Maria Teresa Schorer - O Barão de Iguape; um empresário da época da Independência. São Paulo, Editora Nacional-INL, 1976 (Brasiliana, 361).

- POULANTZAS, Nicos - Poder político y clases sociales en el Estado capitalista. Trad. Florentino M. Torner. México , Siglo Veintiuno, 1971.
- PRADO, Caio (Jr.) - Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo, Brasiliense, 1969.
- PRADO, Caio (Jr.) - Formação do Brasil contemporâneo; Colônia. 2a. ed.. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- PRADO, Paulo da Silva - Paulística; história de São Paulo. 2a. ed.. Rio de Janeiro, Ariel, 1934.
- SILVA, Raul de Andrada et alii - Evolução urbana de São Paulo. São Paulo, 1955 (Coleção Revista de História).
- SIMONSEN, Roberto C. - História econômica do Brasil. 2a. ed.. São Paulo, Editora Nacional, 1944.
- SOUZA, Washington Luis Pereira de - Capitania de São Paulo; governo de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo, Garraux, 1918.
- TAUNAY, Afonso de E. - História da cidade de São Paulo no século XVIII. São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico , 1951 (Coleção Departamento de Cultura, 44).
- TOLEDO, Benedito Lima de - O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo; destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira. São Paulo, 1972, mimeo. (tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo).
- VIANA, F. J. de Oliveira - Instituições políticas brasileiras. São Paulo, José Olímpio, 1949.
- VIANA, F. J. de Oliveira - Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1952, 2 v..

- WEBER, Max - Economia y sociedad; esbozo de sociologia compreensiva. 2a. ed.. Trad. de José Medina Echavarría et alii. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1974.
- ZEMELLA, Mafalda - O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, 1951 (Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 118).

DICIONÁRIOS

- SERRÃO, Joel (dir.) - Dicionário de história de Portugal . Porto, Iniciativas Editoriais, s.d..
- SILVA, Antônio de Moraes - Dicionário da língua portuguesa . 8a. ed. rev.. Rio de Janeiro, Ed. Empresa Literária Fluminense, 1889.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de - Elucidário de palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram. 2a. ed. rev.. (Lisboa), Ed. A. J. Fernandes Lopes, s.d..

CONTEÚDO

	<u>página</u>
I - INTRODUÇÃO	1 ✓
II - A ECONOMIA PAULISTA NA SEGUNDA META DE DO SÉCULO XVIII	
1 - A LAVOURA	14
2 - O COMÉRCIO	21
III - OS CABEDAIS E AS PROFISSÕES	
1 - AS FONTES DE RIQUEZA	25
2 - AGRICULTORES E CRIADORES	33
3 - COMERCIANTES	42
4 - ARTISTAS E OFICIAIS MECÂNICOS	52
5 - PROFISSIONAIS LIBERAIS	60
6 - FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO CIVIL	65
7 - MINERADORES E OUTROS	73
IV - OS AGENTES DA AUTORIDADE	
1 - A CÂMARA DE VEREANÇA	76
- Origem e formação	76
- A Câmara como órgão de poder local no Brasil	83
- Os grupos profissionais e a participação na Câmara	91
- Comerciantes	93
- Agricultores	105
- Profissionais liberais	110
- Mineradores	112
- Artesãos e outros	113
2 - A ADMINISTRAÇÃO CIVIL	117
3 - AS COMPANHIAS MILITARES	124
V - CONCLUSÃO - AUTORIDADE E RIQUEZA	136
BIBLIOGRAFIA	139